

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**Reconhecimento e redistribuição: estratégias de empoderamento na relação entre
mulheres e mídia**

RAQUEL TEBALDI

Porto Alegre

2015

**Reconhecimento e redistribuição: estratégias de empoderamento na relação entre
mulheres e mídia**

RAQUEL TEBALDI

Artigo final submetido ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Hélio Ricardo do Couto Alves

Porto Alegre

2015

RAQUEL TEBALDI

**Reconhecimento e redistribuição: estratégias de empoderamento na relação entre
mulheres e mídia**

Artigo final submetido ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Hélio Ricardo do Couto Alves

Aprovado em:

Prof. Dr. Hélio Ricardo do Couto Alves (PPGPOL/UFRGS) – Orientador

Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano (PPGPOL/UFRGS)

Prof.^a Dr.^a Jussara Reis Prá (PPGPOL/UFRGS)

Prof.^a Dr.^a Celi Regina Jardim Pinto (PPGHIST/UFRGS)

Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer às colegas do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero, pois a parceria que tivemos em diversos projetos influenciou profundamente esse trabalho e minha trajetória acadêmica. Também foi essencial a orientação do professor Hélio Ricardo do Couto Alves, por todo seu apoio durante esse processo, e o apoio institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, não só pela formação pública de qualidade desde a graduação como também por me proporcionar a oportunidade de realizar uma missão no exterior de fundamental importância para a presente pesquisa.

Agradeço aos amigos que me fizeram sentir em casa no exterior, Amanda Terpstra, Guilherme Petersen, Júlia Mello Piedade, e aos amigos que estiveram tão próximos durante esse processo, Gabriel Luiz Machado e Anaís Medeiros Passos. Ao Tiago Kern, por todo apoio e amor. E, finalmente, à minha mãe, Maria Celeste Sehn, por sempre ter lutado tanto por si e por nós.

Reconhecimento e redistribuição: estratégias de empoderamento na relação entre mulheres e mídia

Resumo

Há quase 20 anos, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada de 4 a 15 de setembro de 1995, em Pequim, reconheceu oficialmente como uma das principais áreas de preocupação para se atingir maior igualdade entre homens e mulheres a relação entre mulheres e os meios de comunicação. Dentro desse contexto, trilhando aproximadamente o espaço temporal da Conferência de Pequim até seu aniversário de 20 anos e partindo de um nível global de análise, o presente trabalho visa explorar as seguintes questões: por que a relação entre mulheres e mídia é considerada problemática? Como diferentes teorias feministas e de gênero entendem a relação entre mulheres e mídia e como essa problematização se transformou através das décadas para o feminismo acadêmico? Como é possível existir agência e mesmo empoderamento dentro da relação entre mulher e mídia e que estratégias podem ser empregadas nesse sentido pelo movimento feminista? O argumento central do presente trabalho é o de que a possibilidade de empoderamento na relação entre mulheres e mídia parece ser mais fértil quando se consideram estratégias não só de lutas por paridade dentro desse setor produtivo, mas também de conscientização do público em geral através de políticas educacionais. Assim, o trabalho busca analisar estratégias de empoderamento na área através da combinação de medidas de reconhecimento e redistribuição transformativas, como proposto por Nancy Fraser (1995).

Palavras-chave: Mídia; Feminismo; Empoderamento; Alfabetização Midiática e Informacional; Paridade.

Abstract

Almost 20 years ago the Fourth World Conference on Women, held from September 4th to 15th in 1995, in Beijing, officially recognized as one of the main areas of concern to achieve greater equality between men and women the relation between women and media. Within this context, encompassing the 20 years after the Conference and within a global perspective, this paper seeks to explore the following research questions: why is the relation between women and media problematic? How do different feminist and gender theories understand the relation between women and the media and how this questioning has transformed over the decades within feminist academia? How can there be agency and even empowerment within the relation between women and the media and what are the strategies that can be employed in this sense by the feminist movement? The central argument of this paper is that the possibility of empowerment in the relationship between women and the media seems to be more fertile when considering strategies not only for fighting for parity within this productive sector, but also fighting for awareness of the general public through educational policies. Thus, this paper analyzes empowerment strategies in the area by combining transformative recognition and redistribution measures, as proposed by Nancy Fraser (1995).

Key-words: Media; Feminism; Empowerment; Media and Information Literacy; Parity.

Sumário

1. Introdução	8
2. Conceitos fundamentais: subjetividade, gênero, agência e empoderamento nas teorias feministas	11
3. A mídia para teorias feministas: evolução dos principais debates	24
4. Empoderamento na relação entre mulheres e mídia: reconhecimento e redistribuição	40
<i>4.1 Reconhecimento: estratégias de desconstrução em políticas educacionais</i>	41
<i>4.2 Redistribuição: paridade na produção de mídia</i>	52
5. Conclusões	61
Referências	63

1. Introdução

Há quase 20 anos, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada de 4 a 15 de setembro de 1995, em Pequim, reuniu 184 países e 5 mil organizações não governamentais para ratificar conquistas de outras conferências prévias sobre os direitos das mulheres (Conferências no México, em 1975; em Copenhague, em 1980; e Nairóbi, em 1985) e para avançar no reconhecimento das diversas esferas nas quais a desigualdade de gênero se manifesta. A Plataforma de Ação decorrente da conferência sistematizou a aplicação de estratégias para traduzir as recomendações em políticas públicas de forma a inserir a perspectiva de gênero nos mais diversos projetos governamentais (PRÁ & EPPING, 2012).

Nessa conferência, os participantes reconheceram oficialmente como uma das principais áreas de preocupação para se atingir maior igualdade entre homens e mulheres a relação entre mulheres e os meios de comunicação. A mídia é entendida não só como responsável por reproduzir valores culturais dominantes, mas também como criadora de padrões socioculturais, sendo um ator fundamental na formação de opinião pública. Assim, dois objetivos estratégicos dentro dessa área foram estabelecidos na plataforma de ação resultante da conferência: aumentar a participação e acesso das mulheres à expressão e à tomada de decisões dentro e através dos meios de comunicação e das novas tecnologias de comunicação; e promover um retrato equilibrado e não estereotipado da mulher nos meios de comunicação. Dentro desse contexto, trilhando aproximadamente o espaço temporal da Conferência de Pequim até seu aniversário de 20 anos e partindo de um nível global de análise, o presente trabalho visa explorar as seguintes questões: por que a relação entre mulheres e mídia é problemática? Como diferentes teorias feministas e de gênero entendem a relação entre mulheres e mídia e como essa problematização se transformou através das décadas para o feminismo acadêmico? Como é possível existir agência e mesmo empoderamento dentro da relação entre mulher e mídia e que estratégias são empregadas nesse sentido pelo movimento feminista?

É interessante notar que, embora normalmente haja uma divisão entre o ativismo feminista e o feminismo acadêmico, a necessidade de se levantar dados quantitativos sobre desigualdades de gênero presentes na produção e no conteúdo midiático levou a uma união fértil entre acadêmicas e ativistas na área de estudos de mídia. A Conferência Mundial sobre a Mulher de Pequim e sua Plataforma de Ação estimularam o ativismo feminista na área da

mídia de forma a globalizá-lo e a padronizar seus projetos, que, atualmente, se focam nas seguintes áreas: monitoramento da mídia; sensibilização a questões de gênero para profissionais de mídia, bem como para o público em geral com políticas de alfabetização midiática; advocacia, lobby e diálogo junto à mídia; e estabelecimento de diretrizes para avanço de um jornalismo sensível à perspectiva de gênero. Entretanto, existem grandes debates e divisões, entre feministas liberais, radicais e a crítica pós-estruturalista quando se trata do ativismo e da pesquisa na área (MINIC, 2007).

Assim, o presente trabalho busca refletir sobre os problemas de pesquisa acima expostos sob a ótica dessas correntes diversas dentro da teoria feminista. O argumento central é o de que certas estratégias feministas são mais adequadas do que outras quando se busca o empoderamento das mulheres na sua relação com a mídia. Estratégias associadas ao feminismo liberal que demandam uma “representação mais realista” das mulheres (como o próprio objetivo exposto na Plataforma de Ação de Pequim de “promover um retrato equilibrado e não estereotipado da mulher nos meios de comunicação”) parecem ser condescendentes com o público ao ignorarem o seu poder de negociação de significados e partem da premissa de que existe um ponto de referência sobre o qual definir que representações midiáticas seriam mais realistas, o que é motivo para grandes debates. Por outro lado, estratégias de censura como propostas por feministas radicais são criticadas no presente trabalho por também entender o público como passivo na sua relação com a mídia e por presumir a essencialidade de gênero, ou seja, por conectar diretamente as desigualdades de gênero à diferença sexual entre homens e mulheres. Por fim, críticas pós-estruturalistas serviram para tornar o entendimento do processo de comunicação mais complexo e para permitir a possibilidade de empoderamento da própria audiência nessa relação. Porém, para que estratégias de desconstrução sejam eficazes, é necessário ir além de estratégias de ressignificação e permitir alguma perspectiva normativa adequada aos propósitos de políticas feministas. A possibilidade de empoderamento na relação entre mulheres e mídia parece ser mais fértil quando se consideram estratégias não só de lutas por paridade dentro desse setor de produção, mas também de conscientização do público em geral através de políticas educacionais. Assim, o trabalho busca analisar estratégias de empoderamento na área através da combinação de medidas de reconhecimento e redistribuição transformativas, como proposto por Nancy Fraser (1995).

Para tanto, o trabalho se estrutura da seguinte forma: no capítulo 2 se realiza uma extensa revisão da literatura feminista, problematizando-a em torno de conceitos fundamentais para entender a relação entre mulheres e mídia: subjetividade, agência, gênero e empoderamento. No capítulo 3, é apresentada uma análise da problemática entre mulheres e mídia para as teorias feministas e de gênero, apresentando também os principais debates e divisões que ocorreram nessa área. No capítulo 4, duas estratégias principais de empoderamento pelo ativismo feminista são analisadas através da ótica do reconhecimento e da redistribuição: a luta por conscientização do público em geral através de reformas na educação que respondam aos desafios colocados por essa problemática e a busca por maior igualdade entre homens e mulheres na produção de mídia. Quanto à metodologia, para os objetivos dos capítulos 2 e 3 foi conduzida uma revisão da literatura feminista, além de uma revisão de dados quantitativos levantados sobre desigualdades no setor. No capítulo 4, para a análise de estratégias de empoderamento fundamentou-se a busca por paridade na produção de mídia através da análise de dados sobre desigualdade de gênero no setor a partir de diversos relatórios produzidos por organizações não-governamentais e organizações internacionais e a reflexão sobre alfabetização midiática e informacional foi realizada através de extensa revisão da literatura especializada sobre o assunto, da análise de conteúdo de documentos publicados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) bem como do curso *online* gratuito sobre o tema promovido pela mesma organização em 2014. O trabalho também se beneficiou de entrevistas semi-estruturadas concedidas à autora pelo especialista Alton Grizzle do setor de comunicação e informação da UNESCO e por Blandine Pelissier, representante da organização H-F Île-de-France, ambas realizadas em outubro de 2014.

Por fim, o trabalho justifica-se por ir ao encontro de discussões fundamentais sobre a agenda global para o desenvolvimento no período pós-2015. Uma série de eventos internacionais sobre a relação entre mulheres e mídia serão realizados nos próximos dois anos, além da celebração dos 20 anos da Conferência de Pequim e da fase final de definição dos objetivos globais para o desenvolvimento pós-2015. Assim, o presente trabalho apresenta uma reflexão oportuna, pois no ano de 2015 serão retomadas e renovadas as discussões sobre esse tema em âmbito global (PADOVANI, 2014).

2. Conceitos fundamentais: subjetividade, gênero, agência e empoderamento nas teorias feministas

A definição do sujeito para o feminismo sempre foi um grande ponto de discussão. Afinal, quem seria o sujeito de uma política feminista? O conceito de gênero passou a ser amplamente desenvolvido dentro do feminismo acadêmico a partir das décadas de 1970 e 1980, como forma de se distanciar de definições essencialistas e deterministas baseadas na biologia, como “sexo” e “diferença sexual”, e se aproximar de uma compreensão que enfatizasse o caráter fundamentalmente social e cultural das desigualdades entre homens e mulheres. Entretanto, a divisão entre sexo e gênero foi bastante criticada por feministas pós-estruturalistas, que buscaram combater o heterossexismo que entendiam estar implícito na manutenção de uma estrutura binária do entendimento de “sexo”. Já outras teóricas feministas, em contraponto ao entendimento puramente discursivo de diferença sexual, retomam a valorização da materialidade do corpo como lócus da experiência vivida, entendida como inseparável das “identidades visíveis” como gênero e raça. Assim, essa seção busca apresentar uma revisão seletiva da literatura feminista, problematizando-a em torno de conceitos fundamentais e suas inter-relações: subjetividade, agência, gênero e empoderamento.

Teresa de Lauretis reconhece que, para as feministas das décadas de 1960 e 1970, a compreensão de gênero como diferença sexual era essencial para a crítica de representações culturais, dando sustentação para intervenções feministas em diversas áreas do conhecimento. Entretanto, a autora explica que esse conceito de gênero indiferenciado de sexo ou diferença sexual se tornou uma limitação para o feminismo, em primeiro lugar porque restringia o pensamento crítico feminista dentro de uma lógica de oposição binária e universal entre os sexos, o que dificultou a articulação de diferenças entre mulheres (e mesmo diferenças interiores individuais), e porque conteve o potencial radical de transformação do pensamento feminista dentro das limitações que buscava combater. Assim, Lauretis defendeu a busca por um conceito de gênero que não fosse tão dependente do sexo biológico, mas que também não fosse presumido como puro efeito da linguagem ou completamente desligado do plano material (LAURETIS, 1987).

Lauretis partiu da teoria da sexualidade como “tecnologias do sexo” de Michel Foucault e foi além ao propor que gênero também, “sendo tanto representação e

autorrepresentação, é o produto de várias tecnologias sociais, como cinema e discursos institucionalizados, epistemologias e práticas críticas, bem como práticas cotidianas” (LAURETIS, 1987, p. 2). A autora, portanto, não localiza gênero como uma propriedade de corpos ou essência presente em seres humanos, mas sim como uma produção de efeitos nesses corpos que se originam de fora, e, assim, propõe que gênero é uma representação e essa representação é uma construção que se observa através da história da cultura mundial, especialmente na arte ocidental, mas que continua tão intensamente nos tempos contemporâneos como antigamente “através das várias tecnologias de gênero (por exemplo, o cinema) e discursos institucionais (por exemplo, teoria) com poder de controlar o campo de significado social e, assim, produzir, promover e "implantar" representações de gênero” (LAURETIS, 1987, pg. 18). Essa construção é efetivada por qualquer tipo de discurso, mesmo aqueles que buscam desconstruir o sujeito do feminismo, e, se a desconstrução do conceito de gênero também inevitavelmente acarreta sua reconstrução, a autora questiona, a quais interesses servem essa reconstrução? Lauretis argumenta que a teoria feminista precisa continuar sua crítica de discursos dominantes, mesmo daqueles discursos que buscam desconstruir gênero em uma tentativa de fazer as diferenças sexuais desaparecerem, e esse imperativo é ainda mais importante pelo surgimento do discurso “pós-feminista”.

Nessa concepção, gênero é a representação de uma relação, que atribui a sujeitos o pertencimento a uma classe, a um grupo ou a uma categoria, vis-à-vis outros sujeitos pertencentes a outras classes. Para a autora, portanto, gênero “representa um indivíduo para uma classe” (LAURETIS, 1987, p. 5), ou seja, constitui-se numa relação social, não representando apenas um indivíduo. O sistema que se forma a partir dessas relações é tanto uma construção sociocultural como semiótica, “um sistema de representação que designa significados (identidade, valor, prestígio, relações de parentesco, status na hierarquia social, etc.) a indivíduos dentro da sociedade” (LAURETIS, 1987, p. 5). Entretanto, a agência é possível dentro desse sistema, e Lauretis localiza sua origem justamente no fato de que tanto a representação social de gênero afeta sua construção subjetiva como vice-versa, ou seja, a autorrepresentação de gênero, ou a construção subjetiva de gênero, afeta sua representação social, e, portanto, pelo menos no nível subjetivo e individual, existe agência em práticas cotidianas e micropolíticas:

Mas os termos de uma construção diferente de gênero também existem nas margens dos discursos hegemônicos. Propostos de fora do contrato social

heterossexual e inscrito nas práticas micropolíticas, esses termos podem também ter um papel na construção do gênero; e seus efeitos se localizam no nível local de resistências, na subjetividade e autorrepresentação (LAURETIS, 1987, p. 18).

Linda Alcoff, por sua vez, também se preocupa com a adoção de um entendimento puramente nominalista de subjetividade, pois, de acordo com a autora, compreender gênero como somente uma construção social põe em cheque a possibilidade de uma política feminista, ou seja, pode levar a um feminismo sem mulheres, ou tornar questões de gênero invisíveis novamente: “O que podemos exigir em nome de mulheres se ‘mulheres’ não existem e demandas em seu nome simplesmente reforçam esse mito?” (ALCOFF, 1988, p. 420) Para a autora, o feminismo precisa transcender esse dilema entre concepções essencialistas e nominalistas construindo uma teoria alternativa do sujeito, pegando de empréstimo do pós-estruturalismo a ideia do sujeito “mulher” teorizado como experiência de subjetividade, ao contrário de uma simples descrição de atributos, sem, entretanto, negar sua existência.

Alcoff segue a teoria de subjetividade de Lauretis, que parte da concepção de experiência para entendê-la, evitando uma noção baseada em atributos descritivos biológicos ou psicológicos, ou seja, essencialistas, bem como evitando a rejeição completa de uma análise materialista, pois Lauretis baseia sua concepção em práticas reais; esses atos são, então, entendidos como fundamentais para a construção de sentidos, que, portanto, não depende total e exclusivamente da linguagem ou textualidade, como muitas análises antiessencialistas propõem. Assim, ao mesmo tempo em que o sujeito se situa em configurações discursivas particulares, sua agência se encontra no processo estratégico de tomada de consciência, ou seja, de interpretação política. Assim, a “subjetividade está sempre imbuída em raça, classe e gênero sem estar sujeita a uma superdeterminação que apaga a possibilidade de agência” (ALCOFF, 1988, p. 425). Alcoff então destaca que é preciso não só praticar a autoanálise de forma a reformular a subjetividade, mas também uma política de identidade; para a autora, reconhecer a própria identidade é fundamental, pois embora identidade seja sempre uma construção, é um ponto de partida necessário politicamente, porque é o que motiva a ação.

A concepção de sujeito como posicionalidade é então proposta pela autora, ou seja, a situação externa de uma pessoa determina sua posição. Assim, a identidade de um indivíduo é

relativa a um contexto em constante mutação, cujos elementos constitutivos envolvem condições econômicas e as mais diversas instituições (culturais, políticas, ideológicas); “mulher”, portanto, é entendida como uma posição em um contexto histórico, em que há certa determinação, mas também fluidez e mutabilidade, pois mulheres podem se articular em torno de interesses comuns que fundamentam uma política feminista. Para Alcoff, essa concepção poderia resolver o dilema entre determinismo e nominalismo:

Se combinarmos o conceito de política de identidade com uma concepção do sujeito como posicionalidade, podemos conceber o sujeito como não-essencializado e emergente de uma experiência histórica, ainda mantendo a nossa capacidade política para tomar o gênero como um importante ponto de partida. Assim, podemos dizer tanto que o gênero não é natural, biológico, universal, a-histórico, ou essencial como também afirmar que o gênero é relevante porque estamos tomando o gênero como uma posição a partir da qual podemos agir politicamente (ALCOFF, 1988, p. 433).

Joan Scott também propõe um conceito relacional de gênero, baseado em duas proposições: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1986, p. 1067). Ademais, a autora explica que essas relações se manifestam em quatro esferas inter-relacionadas: simbólica, normativa, institucional e de identidade. A possibilidade de agência, para a autora, é sempre restrita e possibilitada dentro dos limites da linguagem e depende da adoção de uma concepção de poder pós-estruturalista:

Finalmente, é preciso substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado com algo parecido com o conceito de Foucault de poder como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em “campos de força” sociais. Dentro desses processos e estruturas, há espaço para um conceito de agência humana como a tentativa (pelo menos parcialmente racional) para a construção de uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade com certos limites e com uma linguagem - linguagem conceitual que ao mesmo tempo define limites e contém a possibilidade de negação, resistência, reinterpretação, o jogo de invenção metafórica e da imaginação (SCOTT, 1986, p. 1067).

Forte contraponto à concepção de diferença sexual e à dependência do uso do conceito de “gênero” no feminismo se encontra no livro “*Gender Trouble*”, de Judith Butler, originalmente publicado em 1990, marco dentro da discussão sobre subjetividade e agência

dentro do feminismo e também considerado um dos textos fundadores da teoria *queer*. Nessa obra, a autora questiona a necessidade de o feminismo ter um sujeito, e propõe que, de fato, a identidade do sujeito do feminismo não deve ser a fundação para uma política feminista se a formação desse sujeito se dá dentro de um campo de poder baseado na distinção binária de diferença sexual: “paradoxalmente, ‘representação’ só terá sentido para o feminismo quando o sujeito ‘mulher’ não estiver presumido em nenhum lugar” (BUTLER, 1999, p. 9). No prefácio de edição posterior do mesmo livro, a autora esclarece que sua intenção tinha sido não aplicar o pós-estruturalismo ao feminismo, mas sim reformular essas teorias a partir do feminismo, que, de acordo com a autora, estaria privilegiando certas expressões de gênero em detrimento de outras, produzindo novas formas de exclusão, e, assim, o objetivo de Butler teria sido o de “abrir o campo de possibilidades para gênero sem ditar que tipos de possibilidades deveriam ser realizadas” (BUTLER, 1999, p viii).

Se o feminismo busca representação para um sujeito cuja identidade é normalmente subsumida na terminologia de “mulher”, Butler argumenta, essa representação será estendida somente a quem pode se enquadrar dentro dessa categoria de sujeito, mas não existe um grande consenso sobre como defini-la. Na verdade, a autora destaca, essa definição se dá na própria sujeição às estruturas de poder jurídicas, que formam e reproduzem seus próprios sujeitos de acordo com suas necessidades, legitimando certas expressões de identidade e excluindo outras. Assim, sendo o sujeito do feminismo entendido como um produto discursivo das próprias estruturas de poder das quais o feminismo busca emancipação, essa busca será necessariamente mal sucedida. Butler sustenta que a presumida universalidade do sujeito do feminismo gerou muitas divisões dentro dos movimentos feministas, pelas próprias consequências regulatórias de tal construção, evidenciando os limites de uma política baseada em identidade. Portanto, Butler propõe que a distinção entre sexo como categoria biológica, natural, pré-discursiva e gênero como categoria cultural é falsa, já que gênero é o instrumento discursivo/cultural pelo qual a “natureza sexual” é produzida e caracterizada como fato politicamente neutro. Consequentemente, “uma das maneiras pela qual a estabilidade interna do sistema binário sexual é assegurada efetivamente é através da manutenção da dualidade de sexo em um domínio pré-discursivo” (BUTLER, 1999, p. 11).

A autora então defende que o gênero atinge seu efeito substantivo quando é produzido performativamente, em obediência a expectativas quanto a práticas regulatórias que buscam certa coerência. Butler buscou, portanto, expor que o gênero é performativo, ou seja, não uma

essência interna, mas sim um processo de construção através de uma série de atos contínuos, algo que é antecipado e produzido através de atos corporais estilizados. Embora não seja possível se posicionar fora do sistema de poder, atuar dentro desse não significa atuar de uma só maneira, replicando relações de poder sem criticá-las; assim, a autora propõe que existe a possibilidade de agência, e essa se encontra na possibilidade de “repetição de uma lei que não é sua consolidação, mas seu deslocamento” (BUTLER, 1999, p. 40). Algumas estratégias de iteratividade de performances de gênero subversivas são apontadas, como hipérbole, paródia, dissonância e confusão interna, sendo a agência, portanto, localizada na ação e não no sujeito e, mais especificamente, na possibilidade de variação da repetição. A autora critica, portanto, as teorias feministas que buscam localizar agência recorrendo a um sujeito pré-discursivo (como se ser constituído pelo discurso fosse o mesmo que ser determinado por ele, sem possibilidade de agência) que exerce sua agência através de uma reflexão crítica, mesmo sendo construído culturalmente, ou seja, teorias que se encontram presas dentro de um dilema desnecessário entre determinismo e possibilidade de agência. Assim, a autora propõe uma:

(...) mudança de uma base *epistemológica* da identidade para uma que localiza a problemática dentro das práticas de *significação* (...) Além disso, a questão da agência é reformulada como uma questão de como significação e ressignificação funcionam. (...) Na verdade, compreender a identidade como uma prática, e como uma prática significativa, é entender sujeitos culturalmente inteligíveis como efeitos resultantes de um discurso regido por regras que se inserem nos atos mundanos e significantes da vida linguística. Abstratamente considerada, a linguagem refere-se a um sistema aberto de sinais pelos quais a inteligibilidade é insistentemente criada e contestada (BUTLER, 1999, p. 184).

A autora conclui, portanto, que “a desconstrução da identidade não significa a desconstrução da política; ao invés disso, essa desconstrução estabelece como político os próprios termos através dos quais a identidade é articulada” (BUTLER, 1999, p. 189). Nesse sentido, Butler identifica-se com o diverso campo do pós-modernismo (embora critique o termo em si), para o qual um dos objetivos é pôr em questão as maneiras pelas quais as narrativas universalizantes, ou paradigmas, buscam simplificar o mundo, apagando ou subordinando o que não se enquadra na sua explicação. Assim, a autora admira o propósito do pós-estruturalismo que serve para criticar o aparato conceitual que suporta as estruturas de poder ao mesmo tempo em que negocia os termos de seu funcionamento, permitindo agência individual (BUTLER, 1995).

Nancy Fraser entende a teoria de Butler como parte de uma “virada linguística” dentro da teoria feminista, que foi marcada pela problematização da linguagem, da significação e do discurso, e se relaciona com o pós-modernismo. Entretanto, uma das tarefas mais importantes para o feminismo, segundo a autora, é fazer a ligação entre análises discursivas de significações de gênero e análises estruturais que compreendam instituições políticas e econômicas, e a teoria de Butler não é suficiente para realizar essa conexão, pois sua abordagem é “boa para teorizar o nível micro, o intrasubjetivo, e a historicidade das relações de gênero. Não é útil, em contraste, para o nível macro, o intersubjetivo e o normativo” (FRASER, 1995, p. 164). De acordo com a crítica de Fraser, a teoria de Butler privilegia o local e o específico, não podendo teorizar, por exemplo, a construção de hegemonias. Fraser ainda defende que Butler superestimou o potencial de emancipação advindo de performances subversivas, que estão sujeitas à comodificação e despolitização – especialmente se descontextualizadas na falta de movimentos sociais que as suportem. Para Fraser, essa crítica pode ser estendida para outras feministas, que, ao privilegiar o estudo crítico da linguagem e da subjetividade, deixaram de lado análises institucionais e econômicas (FRASER, 2013).

Toril Moi, por sua vez, também critica o dualismo entre sexo como categoria biológica e gênero como socialmente ou culturalmente construído por entender que não é uma divisão útil para se produzir uma teoria da subjetividade. Para a autora, sexo e gênero representam duas maneiras de se pensar sobre diferença sexual, não sendo, entretanto, conceitos abrangentes o suficiente para abarcar questões de classe ou etnia, por exemplo, que são também fundamentais para se entender a experiência da identidade individual. Entretanto, Moi também é crítica de análises pós-estruturalistas como a de Butler. Em primeiro lugar, a autora critica a noção prevalente nessas análises de que ao se referir a sexo, necessariamente refere-se a uma noção essencialista, a-histórica ou pré-discursiva. Moi defende que o determinismo biológico surge somente no momento em que se acredita que de diferenças biológicas possam se presumir determinadas normas sociopolíticas, e que esse deve ser o único tipo de essencialismo que deve ser rejeitado pelo feminismo. Ademais, a autora rejeita a ideia de Butler de que a estrutura binária sexual pressupõe heterossexismo, como se da biologia surgisse automaticamente normas sociais, explicando que o sofrimento de pessoas que não se enquadram no sistema heteossexista advém de normas sociais e não da premissa biológica de que existem somente dois sexos, e acrescenta:

O mesmo se aplica à crença de que se conseguirmos transformar o sexo em uma categoria mais "múltipla" ou "diversa" do que tem sido até agora, então as normas sociais serão relaxadas. Isso não é nada mais que um determinismo biológico com um rosto liberal. (...) E quais são os motivos para acreditar que um sistema de três, cinco ou dez gêneros (independentemente do número de sexos que decidem que existem) será mais libertador do que um sistema com dois? (MOI, 1999, p. 38)

A crítica de Moi à Butler segue então também quanto a sua proposta de ação política: se todo conceito gera limites e necessariamente exclui, que tipo de ação política pode ser proposta? Na verdade, Moi argumenta, a estratégia política proposta por Butler, especialmente de "dissonância de gênero" (*gender dissonance*) depende do contraste entre sexo e gênero. Moi então defende que uma refutação séria do determinismo biológico implica admitir que o número de sexos não tenha consequências político-ideológico necessárias, o que não significa dizer que a estrutura material dos corpos não tem impacto na experiência de vida das pessoas. Enquanto Butler utiliza o conceito de performance de gênero para reforçar a sua ideia de que identidade e subjetividade não precedem normas sociais, Moi retorna à obra de Simone de Beauvoir, "O Segundo Sexo", para sustentar sua rejeição a tal dicotomia entre subjetividade pré-discursiva e discursiva. Moi argumenta que a obra de Beauvoir foi mal interpretada através da ótica da divisão entre sexo e gênero, e, na verdade, "fornece exatamente o tipo de compreensão social, não-essencialista, concreta e histórica do corpo que tantas feministas contemporâneas estão procurando" (MOI, 1999, p. 5). Essa crítica à leitura de Butler quanto ao trabalho de Beauvoir também é compartilhada por Sara Heinämaa, que argumenta que "O Segundo Sexo" não é uma tese quanto à relação (ou divisão) entre sexo e gênero, mas sim um estudo fenomenológico sobre diferença sexual, em que a noção de sujeito se aproxima da noção de corpo-sujeito (*body-subject*) de Maurice Merleau-Ponty, em que a corporalidade do sujeito e sua interação com o mundo é sempre ambígua e a subjetividade depende de ações, que, por sua vez, em sua pluralidade, constituem diversos sentidos do ser "mulher" (HEINÄMAA, 1997).

Moi propõe então retomar a ideia de Beauvoir de que o corpo é uma situação, como alternativa às teorias de subjetividade atuais do feminismo e dos estudos de gênero. Agência e subjetividade dependem, portanto, dessa "situação":

Beauvoir acredita que o fato de ter nascido com um corpo feminino inicia um processo que irá ter consequências específicas, ainda que imprevisíveis. Cada

mulher vai fazer algo com o que o mundo faz dela: esta frase captura ao mesmo tempo uma sensação de limitações e uma sensação de liberdade. Para Beauvoir a relação entre o corpo de uma pessoa e sua subjetividade não é necessária, nem arbitrária, mas contingente. Se quisermos entender o que uma mulher é, generalizações sobre diferença sexual nunca serão suficientes, se esta é entendida em termos de sexo, gênero ou ambos. Ao invés disso, Beauvoir nos convida a estudar as variedades da experiência vivida das mulheres. Um aspecto dessa experiência vivida será a maneira com que uma mulher individual encontra, internaliza, ou rejeita as normas de gênero dominantes. Mas este encontro é sempre modulado pela situação da mulher, ou seja, por sua história pessoal e idiossincrática, pois isso está interligado com outras situações históricas, como sua idade, raça, classe e nacionalidade, e os conflitos políticos particulares em que ela pode estar envolvida (MOI, 1999, p. 82).

Assim, houve uma retomada da fenomenologia em estudos feministas, principalmente a partir da década de 1990, de forma a contrapor o entendimento extremamente nominalista da subjetividade e de forma a dar maior atenção e reconhecer a importância da corporalidade nas experiências de vida individuais. Iris Young, que já realizava estudos desse tipo desde a década de 1970, entende, portanto, que estudos fenomenológicos contribuem no sentido de descrever a subjetividade e a experiência de mulheres sem esquecer-se da materialidade e importância do corpo, embora discorde de Moi quando essa propõe o descarte do conceito de gênero e substituição desse pelo conceito de “corpo vivido” (*lived body*), pois, para Young, gênero ainda é um conceito muito necessário para se teorizar estruturas sociais:

Enquanto ela está correta em afirmar que gênero é um conceito problemático para teorizar a subjetividade, existem ou devem existir outros aspectos das teorias feministas e *queer* que não pode ficar sem um conceito de gênero. Ao refletir sobre o relato de Moi das teorias feministas e *queer* recentes, descobrimos que esses aspectos, que dizem respeito à estrutura social mais do que à subjetividade e à identidade, têm sido relativamente negligenciados. A opressão das mulheres e das pessoas que transgridem as normas heterossexuais ocorre através de processos sistêmicos e estruturas sociais que precisam de descrição através de conceitos diferentes daqueles apropriados para descrever sujeitos e suas experiências. A proposta de Moi para reconstituir o conceito do corpo vivido ajuda para o último, mas para a outra precisamos de um conceito reconstituído de gênero (YOUNG, 2005, p. 13).

Linda Alcoff também reconhece a importância de estudos fenomenológicos para estudar a manifestação de identidades sociais em indivíduos, o que ela chama de “identidades visíveis”, em que enquadra principalmente gênero e raça, fundamentais para entender a subjetividade. A autora argumenta que “localidade e especificidade são necessárias porque

identidades são constituídas por condições sociais contextuais de interação em culturas específicas e em períodos históricos particulares” (ALCOFF, 2006, p. 9). Assim, Alcoff critica a noção pós-estruturalista de Butler, que entende a materialidade do corpo como efeito do poder e sempre como pós-significação. A retomada da fenomenologia em estudos feministas também parece servir para acomodar demandas de interseccionalidade ao reconhecer a importância do corpo na constituição do pensamento político feminista, de forma a não generalizar a experiência de todas as mulheres e reconhecer as particularidades e especificidades das experiências vividas. Afinal, um dos pontos de discussão (e divisão) mais sérios dentro do feminismo está diretamente relacionado à questão da teorização da subjetividade e do conceito de mulher, que em certo ponto passou a ser entendido como um conceito reducionista, que ignorava diferenças como raça e classe, e essas diferenças “não são simplesmente diferenças e divisões entre mulheres, mas também, igualmente importante, elas são diferenças e divisões internas das mulheres; ou seja, elas são produzidas como efeitos de diferenças e divisões dentro da subjetividade de cada mulher” (LAURETIS, 1990, p. 25). A incessante busca pelo sujeito do feminismo também é alvo de críticas de autoras como Nancy Fraser, que apontam a necessidade de se prestar atenção à teorização de níveis mais abrangentes de análise. Entretanto, outras autoras se questionam, como definir o feminismo como luta política sem saber a quem o feminismo se dirige? Sem dúvida, nas últimas décadas, a análise da subjetividade dentro do feminismo se tornou bastante complexa e teve que endereçar críticas e demandas por maior interseccionalidade, desafio que ainda persiste nos dias atuais. Resta também como desafio a reformulação do conceito de gênero de forma a abarcar os níveis de análise mais abrangentes, como apontam Iris Young e Nancy Fraser, devido aos claros limites do conceito de “corpo vivido” para tanto.

Para Monique Deveaux, se teorias feministas buscam apreender a complexidade de subjetividades e suas diferentes relações com estruturas de poder, é necessário repensar a influência do trabalho pós-estruturalista de Michel Foucault, que, para a autora, se torna problemática em dois pontos importantes: na questão da conceituação do sujeito, que apaga as especificidades presentes nas diversas relações da mulher com o poder, e na questão da teorização das relações de poder, pois não serve para descrever e articular processos de empoderamento. Assim, Deveaux critica autoras como Butler que, ao se apropriarem da visão de Foucault de que políticas baseadas em categorias de gênero ou orientação sexual tendem a reforçar noções dominantes de sexo e gênero, negam a possibilidade de coexistência entre políticas centradas em questões de gênero ou sexualidade e de estratégias de desconstrução de

discursos dominantes de sexo e gênero, que de fato podem ser constatadas simultaneamente na experiência ativista de diversos grupos. Igualmente importante também é a questão da percepção individual de condições de opressão e da possibilidade de agência e empoderamento, já que na teoria foucaultiana muitas formas de resistência podem passar despercebidas:

De fato, a análise do poder de Foucault nos impede de ver ou conceituar relações em que o objeto não é *nem de agir sobre* outro em uma relação de poder ou de *resistir* às tentativas de controle de conduta ou uma manifestação do poder local; é um modelo que parece inadequado para descrever os esforços de cooperação, destinados tanto à transformação política e empoderamento pessoal ou à conscientização (DEVEAUX, 1994, p. 242).

A palavra “empoderamento” é um neologismo derivado da língua inglesa, que “significa obtenção, alargamento, ou reforço de poder” (BAQUERO, 2012, p. 174), e tem sido utilizado em diversas áreas do conhecimento de maneiras bastante diferentes, o que levou a certa ambiguidade conceitual. Embora a tradição histórica do termo empoderamento seja antiga, com raízes na Reforma Protestante do século XVI, novo destaque lhe foi dado a partir da sua ampla utilização por movimentos sociais a partir da década de 1960 nos Estados Unidos, passando a denotar emancipação social. É importante destacar a origem do termo, pois, embora se considere que o processo de empoderamento pode se dar em diversos níveis (individual, organizacional e comunitário), a carga cultural embutida no termo é a de um contexto norte-americano de forte valorização do individualismo (ROSO & ROMANINI, 2014). Entretanto, a concepção de empoderamento de Paulo Freire, grande marco dentro desse debate, destaca o caráter coletivo desse processo, associando-o à ideia de classe social. Ou seja, na perspectiva freireana, o empoderamento é um processo necessariamente coletivo, social e não individualista “onde os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação de relações sociais de poder” (BAQUERO, 2012, p. 181). Para que esse processo de empoderamento se concretize, certos recursos (financeiros, humanos, tecnológicos) devem ser obtidos ou desenvolvidos, por um lado, e, por outro, deve haver a possibilidade de diálogo através de processos democráticos que permitam a participação em processos de tomada de decisões (SEN & GROWN, 1987).

Central para o empoderamento é a noção de conscientização, ou seja, a tomada de uma consciência crítica, e, para Freire, a educação libertadora pode conduzir a isso, embora não seja suficiente para alterar a realidade em si, pois só a ação política pode causar transformação social (FREIRE apud BAQUERO, 2012). A noção de conscientização freireana passa, portanto, necessariamente por uma radical denúncia das estruturas de dominação e pelo “anúncio de uma nova realidade a ser criada em função dos interesses das classes sociais dominadas” (ROSO & ROMANINI, 2014, p. 92). Para as teorias feministas, essa noção freireana de empoderamento é particularmente importante:

No caso da opressão das mulheres, por exemplo, a libertação como ato social fica bem visível. As mulheres podem se libertar de alguns atos individuais cotidianos que as oprimem (e.g. marido que agride, ter espaço no mercado de trabalho, etc.). Todavia, elas só conseguirão transformar as relações injustas de gênero se juntarem suas forças (ROSO & ROMANINI, 2014, p. 89).

A autora feminista bell hooks¹ foi profundamente influenciada pelas ideias de Paulo Freire e buscou traduzir a concepção de “conscientização” do autor na sua própria prática educacional como consciência crítica e engajamento (hooks, 1994), sendo considerada uma das principais autoras dentro do campo de pedagogia feminista. Seu trabalho também é entendido como uma alternativa ao paradigma foucaultiano dentro do feminismo, mais apropriado para teorizar agência e empoderamento (DEVEAUX, 1994). Embora dê constante destaque para a importância da linguagem como espaço de luta assim como autoras feministas pós-estruturalistas, hooks propõe uma política de localização (*politics of location*) que permite agência ao sujeito marginalizado; a “margem” é repensada como espaço de resistência, como uma posição de onde, a partir do movimento da margem para centro e centro para margem, se adquire uma perspectiva única sobre o todo, a visão de mundo opositiva (*oppositional world-view*), que é desconhecida pelos opressores restritos ao centro, e que serve para caracterizar a marginalidade não como somente condição de privação, mas também de possibilidades radicais (hooks, 1989). Para Deveaux, portanto, o arsenal teórico desenvolvido por autoras feministas como bell hooks dá destaque fundamental para o processo de mediação e interpretação do sujeito frente a suas experiências na busca por se compreender o processo de empoderamento. Nesses termos:

¹ Nome propositalmente escrito em letras minúsculas.

A análise feminista do poder evitaria as omissões e problemas da compreensão de Foucault sobre o poder de quatro maneiras principais. Em primeiro lugar, ao conceituar os relacionamentos das mulheres com seus corpos tanto como um reflexo da construção social e de suas próprias respostas (e mediação) frente aos ideais culturais da feminilidade, evitaria-se as armadilhas de um paradigma estático de "corpos dóceis" de subjetividade. Em segundo lugar, rejeitaria aspectos do modelo agonístico de Foucault de poder – incluindo sua afirmação de que todas as relações são permeadas por poder, e falsa dicotomia simplista entre poder e violência ou dominação – e endereçaria as inúmeras fontes de perda de poder e de opressão vividas por mulheres. Em terceiro lugar, levaria a sério a questão do empoderamento das mulheres, as suas capacidades de auto-determinação e liberdade, e as condições em que estas florescem. E, em quarto lugar, uma análise feminista do poder contestaria tanto a visão de Foucault de que as identidades sexuais não devem constituir a base para as lutas de lésbicas e gays e as afirmações de feministas foucaultianas de terceira onda de que a categoria de "mulheres" deve ser deslocada do centro da política feminista (DEVEAUX, 1994, p. 244).

Por fim, Jussara Reis Prá, buscando evidenciar a relação entre o desenvolvimento do conceito de empoderamento e a luta internacional pelos direitos das mulheres, explica que, para o feminismo:

(...) o empoderamento é associado à ideia de emancipação feminina, visto como pré-requisito para a obtenção da equidade entre os gêneros e como condição prévia da igualdade entre homens e mulheres. Tal noção começa a ser delineada pelo feminismo nas conferências mundiais sobre a mulher, até se tornar objeto central no debate institucional. Estabelece-se, assim, um dos patamares para definir políticas públicas de gênero e incluí-las como tema de Estado em agendas públicas de nível federal, estadual e municipal (PRÁ, 2014, p. 8).

A próxima seção busca aproximar esses debates fundamentais dentro do feminismo e dos estudos de gênero aos estudos de mídia. Argumenta-se que diferentes conceitos de subjetividade e agência levam a diferentes interpretações das relações entre indivíduos e conteúdos midiáticos, o que, por sua vez, é essencial para se apreender as possibilidades de empoderamento e para se definir estratégias para o ativismo na relação entre mulheres e mídia.

3. A mídia para teorias feministas: evolução dos principais debates

Nesta seção, os estudos de mídia são apresentados sobre a perspectiva de teorias feministas e estudos de gênero, evidenciando a importância desse campo de estudos para o feminismo. Em torno desses estudos se compreendem também grandes debates que impulsionaram e dividiram o feminismo acadêmico. Destacam-se os debates sobre a produção de cinema e o “olhar masculino”, o questionamento da possibilidade de uma estética feminina, a questão da pornografia para a teoria feminista, o constante ataque midiático ao feminismo e, por fim, o cyberfeminismo. A partir desses debates e de resultados de pesquisas quantitativas, é possível demonstrar como esse campo de estudos é importante para o feminismo e como é importante a relação entre diferentes tipos de mídia, a construção da subjetividade e possibilidades de agência e até mesmo empoderamento para as mulheres. Conclui-se que, embora a relação entre mulheres e mídia possa ser bastante problemática e complexa, há sim possibilidades de agência e empoderamento, que devem ser exploradas e incentivadas através de políticas e ações específicas.

Um dos marcos históricos iniciais da pesquisa feminista ocidental na área dos estudos de mídia foi a publicação do livro “A Mística Feminina” de Betty Friedan (1963), que buscou evidenciar a construção do ideal cultural estadunidense da dona-de-casa feliz ao criticar fortemente a mídia de massa. O sucesso do livro também foi um dos fatores que contribuiu para o reavivamento do movimento feminista norte-americano, e Friedan continuou a liderar o ativismo na área através do grupo *National Organisation of Women* (NOW) (VAN ZONEN, 1996). Assim, a pesquisa feminista sobre mídia começou a tomar corpo a partir da década de 1970, motivada pelo ativismo político feminista em diversas áreas, dos protestos ao uso de mulheres extremamente sexualizadas ou até mesmo abusadas em anúncios publicitários e na pornografia, bem como pelo avanço na luta por maior visibilidade das campanhas feministas nos noticiários. Avanços na institucionalização de fóruns de questões feministas, como, por exemplo, o estabelecimento pelas Nações Unidas da Comissão sobre o Status da Mulher em 1947 até a Década das Mulheres (1976-1985) facilitaram a construção de uma rede global de organizações não-governamentais feministas e o estabelecimento de uma agenda de pesquisa crítica em relação à mídia, que abrange principalmente quatro aspectos: pesquisas sobre a ausência da mulher nesse campo, sobre representações midiáticas da mulher, sobre questões de emprego e produção e, finalmente, sobre o consumo de mídia pelas mulheres, ou seja, estudos de audiência e recepção (BYERLY, 2012). Ademais, outras

tendências recentes na pesquisa feminista sobre estudos de mídia são estudos sobre a construção de feminilidades, masculinidades e análises de representações de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros (DOW & CONDIT, 2005).

Portanto, estudos sobre a relação entre mulheres e mídia englobam três aspectos principais: emprego e propriedade (área de economia política), representação (conteúdo) e recepção (consumo) (European Institute for Gender Equality, 2013). De maneira bastante generalizada, podemos dividir o campo de estudos de mídia feministas de acordo com diferentes correntes teóricas, como sugere Van Zoonen (1996). Pesquisas feministas de influência mais liberal tenderam a se focar mais no estudo de estereótipos de gênero e no seu papel em formatar comportamentos apropriados através da socialização de gênero. As soluções apresentadas por esses estudos em geral apontavam para a necessidade de que as mulheres conquistassem mais posições dentro desse mercado produtivo e que demandassem uma representação mais equitativa através da atribuição de papéis não tradicionais (principalmente para mulheres) e do uso da linguagem não sexista nos meios de comunicação. Em contrapartida, as feministas radicais tomam como premissa o impacto negativo de estereótipos sobre mulheres e defendem que o patriarcado é um sistema em que todos homens dominam e oprimem todas mulheres, logo suas estratégias incluem a censura, especialmente quando se trata de material pornográfico, e a criação de meios de comunicação exclusivamente femininos. Feministas socialistas, por sua vez, buscaram não focar seus estudos exclusivamente na variável de gênero, incluindo também a análise das condições de classe e outras considerações (etnia, idade e etc) em suas pesquisas, advogando pela reforma da mídia *mainstream* e pela produção de mídia feminista (VAN ZOONEN, 1996).

Entretanto, a influência de teorias pós-estruturalistas e o aumento de estudos de recepção na área dos estudos de mídia feministas serviu pra tornar mais complexa a noção do processo de audiência, revelando que mulheres não podem ser reduzidas à noção de espectadoras passivas e identificando possibilidades de agência nessa relação. Da mesma forma, a difusão de novas tecnologias e estudos mais aprofundados sobre a produção de mídia demonstraram que não se pode entender também a produção de mídia como um bloco monolítico e que serve a interesses bastante claros (VAN ZOONEN, 1996; MINIC, 2007). Assim, feministas influenciadas por teorias pós-estruturalistas criticam várias das estratégias preconizadas tanto por feministas liberais quanto por feministas radicais e socialistas, pois seu

entendimento sobre o processo de comunicação seria muito simplificado e unilateral. A partir dessas críticas, a representação midiática não é um simples reflexo da realidade, mas sim:

(...) uma prática social de busca e atribuição de sentido e significado à realidade, e uma prática que é significativamente determinada por relações de poder dentro da sociedade. Dimensões socialmente práticas de representações não só consistem da interação de vários participantes na definição de certos eventos, identidades, relações etc., mas também de definições dominantes que buscam reproduzir relações de poder já existentes na sociedade. Os meios de comunicação são, assim, entendidos como um campo de uma luta cultural e político entre os defensores de definições dominantes e marginais da realidade (MINIC, 2007).

Nessa perspectiva, o ato de codificar (produção), bem como o de decodificar (recepção) em uma relação de comunicação pode ser povoado de significados diversos e até mesmo contraditórios. As audiências, portanto, tem a capacidade de resistência frente a leituras dominantes de qualquer texto midiático. Para essas teóricas, portanto, a regulação do conteúdo produzido não constitui uma estratégia eficaz, sendo a ênfase das estratégias colocada no poder da própria audiência de reapropriação crítica de significados dominantes. Entretanto, a desconstrução como estratégia de empoderamento deve ser melhor teorizada, pois ainda sofre com a falta de perspectivas normativas, já que, de acordo com essa perspectiva, qualquer identidade parece repressiva e, ademais, essa estratégia ainda parece distante dos interesses concretos de grupos marginalizados (MINIC, 2007).

Um dos pontos de convergência de análises feministas de diversas correntes, no entanto, é o reconhecimento de que ao longo da história houve algo muito próximo de uma repressão de vozes autorais femininas, deixando a cargo do sexo masculino a representação de mulheres e esse silenciamento histórico das mulheres “levou a uma fetichização e objetificação do ‘feminino’” (LUKE, 1994, p.32). Essa fetichização e objetificação é bastante evidente em filmes holywoodianos clássicos, que passaram a ser objeto de estudo de teóricas feministas influenciadas principalmente pelo marxismo, pela semiótica e pela psicanálise. Uma das autoras que mais influenciou o campo de estudos sobre cinema foi Laura Mulvey, que, na década de 1970, buscou usar a teoria da psicanálise como “arma política, demonstrando a maneira como o inconsciente da sociedade patriarcal tem estruturado a forma do cinema” (MULVEY, 1999, p. 833). A autora estudou principalmente filmes Hollywoodianos das décadas de 1930 a 1960, onde ficava clara a existência de um “olhar

masculino” (*male gaze*) que conduzia tanto câmera, personagens e espectadores, forçando todos a olharem para a mulher através do olhar do personagem masculino. Para Mulvey, é importante destacar que, segundo a teoria de Jacques Lacan, é uma imagem (refletida no espelho) que constitui a matriz da subjetividade, e Mulvey relaciona essa imagem à imagem dos filmes, que seriam capazes então de suspender temporariamente o ego e simultaneamente reforçá-lo. Para Mulvey, portanto, a relação de identificação entre mulheres e os filmes hollywoodianos clássicos se daria somente com os heróis masculinos, pois identificação com a heroína objetificada seria masoquista e apenas marginal. Assim, o cinema, através do controle das dimensões temporais e espaciais, criaria um “olhar” que tem por finalidade satisfazer os desejos dos espectadores - ou seja, que é bastante voyeurístico. Para provocar uma mudança na produção cinematográfica, portanto, seria necessário alterar a relação entre esses códigos que a governam e as estruturas formativas externas (MULVEY, 1999).

Ann Kaplan, em diálogo com a teoria de Mulvey, argumenta que o olhar não é necessariamente “masculino”, mas que devido a limitações impostas pela linguagem e pela estrutura do inconsciente, para se conduzir o olhar é preciso assumir uma posição entendida como “masculina”:

(...) nossa cultura está profundamente comprometida com os mitos das diferenças sexuais demarcadas, chamadas de “masculina” e “feminina”, que por sua vez giram em torno, em primeiro lugar, de um complexo aparato do olhar e depois de modelos de domínio-submissão. Tais posicionamentos assumidos pelos dois gêneros sexuais na representação privilegiam nitidamente o macho (através dos mecanismos de voyeurismo e fetichismo, que são operações masculinas e porque o seu desejo detém o poder/ação enquanto o da mulher não). Entretanto, como resultado dos movimentos para a liberação da mulher, foi-lhes permitido assumir, na representação, a posição definida como “masculina”, desde que o homem assumia sua posição, mantendo assim a estrutura, como um todo, intacta (KAPLAN, 1995, p. 52).

Kaplan questiona como resolver o paradoxo da necessidade feminista de considerar a mulher como espectadora sem reproduzir as identificações repressivas hollywoodianas, mas que também atenda à ânsia das mulheres por prazer. Para tanto, Kaplan argumenta que é necessário entender as razões pelas quais as mulheres são levadas a sentir prazer na objetificação, através dos recursos da psicanálise. Se a mudança é possível, cabe a pergunta: pode haver uma estética feminina que atenda aos desejos das mulheres? Essa pergunta, para Lauretis:

Ecoa uma contradição específica e talvez até mesmo constitutiva do movimento das mulheres: a dupla pressão, uma tração simultânea em direções opostas, uma tensão em direção à positividade da política, ou de ação afirmativa em favor das mulheres como sujeitos sociais, em uma frente, e a negatividade inerente à crítica radical da cultura patriarcal e burguesa, por outro lado. Demonstra também a contradição das mulheres na linguagem, já que tentamos falar como sujeitos de discursos que negam ou objetificam-nos através de suas representações (LAURETIS, 1987, p. 127).

Se for presumido que identificação é um processo pelo qual a própria subjetividade se forma, essa questão se torna ainda mais fundamental, de acordo com Lauretis. A autora, no entanto, acredita que a busca por uma estética feminina é uma busca que mantém o binarismo da estrutura sexual e, portanto, legítima uma agenda cultural que o feminismo busca combater; além disso, mudanças na estética nunca seriam suficientes para representar a pluralidade de mulheres que existem; na verdade, a autora busca reformular a questão mudando o foco dessa questão da produção para a audiência:

Eu sugeri que a ênfase deve ser deslocada da artista por trás das câmeras, do olhar, ou do texto como origem e determinação do sentido, em direção à esfera pública mais ampla do cinema como uma tecnologia social: temos que desenvolver a nossa compreensão da implicação do cinema em outros modos de representação cultural, e suas possibilidades de produção e contraprodução de visão social. (...) A ideia de que um filme pode tratar o espectador como feminino, em vez de retratar mulheres positiva ou negativamente, parece muito importante para mim no esforço crítico para caracterizar cinema das mulheres como um cinema para, não só por, mulheres. (...) Se nós repensarmos o problema da especificidade do cinema das mulheres e formas estéticas dessa maneira, em termos de endereçamento - quem está fazendo filmes para quem, quem está olhando e falando, como, onde e para quem - então o que tem sido visto como um racha, uma quebra, uma divisão ideológica dentro da cultura cinematográfica feminista entre teoria e prática, ou entre formalismo e ativismo, pode parecer ser a própria força, a unidade e a heterogeneidade produtiva do feminismo (LAURETIS, 1987, p. 134-135).

Assim, embora algumas artistas, incluindo a própria Laura Mulvey, tenham buscado criar uma estética feminina através da estratégia da quebra da narrativa e do prazer visual, essa ficou restrita à produção *avant-garde*, que é notoriamente inacessível para a maioria das pessoas. Smelik então estudou como diretoras de cinema buscaram expressar a subjetividade e desejos das mulheres sem quebrar radicalmente com as estruturas narrativas convencionais:

Isto pode ser feito, por exemplo, ao se dar sistematicamente a narrativa e ponto de vista visual para a personagem feminina. Ela adquire, assim, um papel ativo dentro da narrativa e domina o olhar da câmera, permitindo a identificação narcísica, bloqueando um olhar voyeurístico. Outra maneira de dar forma à subjetividade feminina é através da representação de uma vida interior na tela, em sonhos, fantasias ou alucinações (SMELIK, 2009, p. 187).

Portanto, houve muitas mudanças na produção de cinema das últimas décadas que permitiram o surgimento de personagens femininas com poder e agência, ou seja, que permitiram outros tipos de identificação ao público, mesmo no cinema comercial. O voyeurismo clássico descrito por Mulvey não ocorre mais tão frequentemente no cinema, embora ainda seja muito aplicado como estratégia pela publicidade, pela fotografia de moda e nos cliques musicais. No cinema atual, o voyeurismo não é mais conduzido exclusivamente pelo olhar masculino, permitindo que tanto homens e mulheres busquem prazer como audiência, já que o fenômeno do olhar voyeurístico tem sido aplicado também para corpos masculinos, objetificados nos mais diversos tipos de mensagens midiáticas. Assim, ocorreram mudanças nos padrões de beleza tanto para mulheres como para homens, exigindo que ambos disciplinem seus corpos (SMELIK, 2009). Esse ponto também é destacado na introdução da edição de 2002 de “O Mito da Beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres”, onde Naomi Wolf pondera os avanços e desafios em relação à desconstrução de mitos de beleza propagados pela mídia, mais de uma década após a publicação da primeira edição do mesmo livro, de 1991. A autora argumenta que, embora o seu trabalho tenha sido um exercício em alfabetização midiática que levou a um progresso e a uma maior transparência quanto a problemas como anorexia e bulimia entre adolescentes, o “mito da beleza” é flexível e toma novas formas, exigindo que o público em geral aprenda a ser crítico quanto à construção de mensagens midiáticas para seu próprio empoderamento (WOLF, 2002).

Atualmente, portanto, a própria produção de filmes tem desafiado modelos narrativos convencionais e, assim, desafiaram também modelos típicos de análise de filmes baseados na psicanálise: filmes como “*Kill Bill*”, do diretor Quentin Tarantino o fizeram tanto pela fragmentação da narrativa como pela não-erotização do corpo feminino. Outros filmes que também quebram o estilo narrativo tradicional pela fragmentação espacial e temporal são aqueles entendidos como *techno-cinema*: “Amnésia” – do diretor Christopher Nolan, “Corra, Lola, Corra” – de Tom Tykwer, e “Réquiem para um Sonho” – de Darren Aronofsky - são alguns exemplos (BIANCO, 2004). Portanto, através da influência da perspectiva teórica do

pós-estruturalismo, menos importância foi dada ao conteúdo e se prestou mais atenção ao processo de atribuição de sentido, ou seja, filmes não deveriam ser estudados como uma reflexão direta de sentido, mas sim como um processo de construção de sentido através da experiência da audiência. Mais recentemente, portanto, os estudos de filmes começaram a se focar mais na experiência afetiva e sensorial da audiência. O trabalho de Gilles Deleuze e Félix Guattari é então retomado por alguns teóricos do cinema, pois o modelo dos autores, não verbal e anti-edipiano, permite afastar a análise de questões de significação, representação e interpretação e aproximá-la da investigação de elementos como energia, emoção e fragmentação, focando-se na experiência sensorial e emocional do espectador, onde o conceito de afeto se torna central (SMELIK, 2009).

Todavia, a chamada "virada para o afeto" em estudos culturais traz também muitos desafios metodológicos já que, embora afeto seja central para se entender o processo de audiência, pode ser difícil de trabalhar com essa noção empiricamente por questões como a imprevisibilidade de intensidades afetivas e sua natureza altamente individualizada. Autoras como Ruth Leys (2011) argumentam que uma das implicações da virada para o afeto em estudos culturais é uma mudança no foco da atenção da ideologia e da significação ou de questões de representação para as respostas materiais-afetivas individuais, onde se localiza, de acordo com teóricos do afeto, o verdadeiro poder de mensagens midiáticas. Porém, isso pode resultar, segundo Leys, em uma relativa indiferença quanto ao papel de ideias na política e na arte, por exemplo, em favor do estudo de diferentes respostas corporais às mensagens veiculadas (LEYS, 2011). No entanto, Susanna Paasonen reconhece no afeto um conceito valioso para renovar a perspectiva de análise de pesquisas sobre pornografia de forma a representar a corporalidade e a imprevisibilidade das reações do(a) espectador(a), permitindo mais espaço para a incerteza na pesquisa, não apenas confirmando hipóteses previamente definidas (PAASONEN, 2014). Assim, pesquisas recentes sobre pornografia têm considerado a corporalidade do espectador, e concluem que a identificação no filme pornográfico se dá não com os sujeitos no filme, mas sim em um nível carnal (SOBCHACK, 2004) e que o engajamento com os personagens se dá mais com momentos passageiros das cenas, ou até mesmo com a música e diálogos (LEHMAN, 2006; PAASONEN et al., 2007).

Entretanto, a questão da relação entre o feminismo e pornografia é extremamente polêmica e constituiu até mesmo um dos pontos de divisão do feminismo nos anos 1980, nas chamadas "*sex wars*" que colocaram feministas "a favor de sexo" contra o movimento

antipornografia; por trás dessa discussão está também o debate sobre noções divergentes sobre sexo e gênero (LAURETIS, 1990). Andrea Dworkin, em seu trabalho antipornografia produzido ao longo da década de 1980, relata diversos casos em que a produção de filmes pornográficos esteve relacionada a atos criminosos contra as mulheres participantes, e que, a partir dessa década, esses casos começaram a se tornar públicos e o que era invisível nessa indústria passou a ser conhecido. A autora associa pornografia a práticas sadistas e desumanizadoras que funcionariam a favor dos homens e contra as mulheres, de maneira a estabelecer uma subordinação sexual e social (DWORKIN, 1989). Dworkin e Catherine MacKinnon, duas ativistas feministas radicais norte-americanas, propuseram a tese de que a pornografia viola os direitos civis das mulheres, pois a promoção da submissão sexual feminina na pornografia impediria o avanço da igualdade de direitos entre mulheres e homens nas esferas pública e privada; essa tese foi aceita por duas cidades americanas, que então baniram a produção ou exibição de material pornográfico. Esse tipo de proposta ganhou grande apoio de grupos religiosos de direita, alienando grupos de homossexuais (temerosos de que tal tipo de lei pudesse ser então usada para coibir representações de sua sexualidade) e recebendo críticas tanto pelo fato de que parecia confundir a representação de um ato com o ato em si como por violar a liberdade de expressão (MINIC, 2007). Um dos maiores problemas identificados na teoria e no ativismo feminista radical é sua convicção de que as diferenças entre homens e mulheres são essencialmente biológicas, o que parece ser um retorno a entendimentos justamente pré-feministas sobre diferenças sexuais e de gênero. Judith Butler, por exemplo, critica as posições de autoras como Dworkin ou Catherine MacKinnon, argumentando que ao estabelecerem relações causais entre sexo e estruturas de dominação masculinas, o feminismo (assim concebido) fica preso à hegemonia heterossexista, além de acabar por defender uma maior regulação do Estado sobre a sexualidade (BUTLER, 1994). Assim, críticas da regulação legal da pornografia veem como solução não menos pornografia, mas sim uma maior diversidade na produção de pornografia, incluindo a possibilidade de se produzir pornografia feminista (MINIC, 2007).

Teresa de Lauretis, por sua vez, relaciona o debate sobre pornografia ao conceito de fantasia no cinema, destacando que o processo de audiência de um filme (*spectatorship*) não é puramente inconsciente. De acordo com Lauretis, enquanto Butler critica as feministas antipornografia por acusá-las de partirem de uma série de premissas não-teorizadas para definir fantasia/pornografia como o nexos causal entre representação e ação, a própria Butler acaba por igualar fantasia à pornografia:

Ao equiparar o texto pornográfico com a fantasia pornográfica, ou pornografia com fantasia, ela (Butler) não diferencia fantasia de representação, ignorando as diferentes relações de produção de fantasia para o sujeito em uma situação privada e analítica, por um lado, e para o sujeito em um contexto público de representação, por outro. No fim, a equalização de representação (pornográfica) com fantasia (inconsciente) para a Butler é o inverso do movimento de igualar representação pornográfica com a ação. Um lado ignora a possibilidade de efeitos heterogêneos da fantasia para o sujeito vis-à-vis a representação; o outro lado ignora as contradições dentro de cada sujeito e nega os efeitos da fantasia com relação à ação, o que (afinal de contas) é uma dimensão importante da política. Enquanto tanto ação quanto representação pornográfica estão intimamente relacionados com fantasia, e entre si, na esfera dos sentidos e na da lei, em práticas sexuais bem como na esfera jurídico-legislativa, entretanto, me parece, manter a distinção entre os três termos – representação, ação e fantasia – é importante, não só teoricamente como politicamente (LAURETIS, 1995, p. 81).

Em termos semelhantes, bell hooks aponta que, particularmente no debate sobre pornografia, diversas autoras buscam negar a relação entre representações e nossas ações cotidianas. Embora a autora acredite que é impossível estabelecer uma relação direta e simplificada entre representação e ação ou escolhas, é possível entender como, com o tempo e com a recorrência de certos tipos de cenas, se crie um entendimento comum de que essas cenas representam a “normalidade”, ou o que é aceitável socialmente, o que se torna ainda mais problemático no caso de imagens e cenas pornográficas que incitam a violência contra mulheres. No entanto, hooks também se posiciona contra o “absolutismo da censura do politicamente correto direitista” e a favor de um senso de agência e empoderamento de uma audiência proativa que requer um maior nível conscientização através da educação de todos, o que a autora relaciona com uma agenda radical de politização (Entrevista concedida por bell hooks à Media Education Foundation, em 1997). Também é apontado que o debate sobre pornografia, mesmo o debate acadêmico, é sempre bastante carregado de uma carga moralista que acaba por simplificar demasiadamente a questão, partindo mais de suposições do que de evidências científicas e ligando a ideia de pornografia diretamente à ideia de perigo. Alguns estudos apontam que representações midiáticas sexuais têm um significado mais diverso, e até mesmo mais positivo, e usos mais amplos do que é reconhecido tipicamente, e, em especial para alguns grupos como gays e lésbicas, a pornografia pode ter uma relevância política importante. A pornografia *queer* também opera de forma a expandir as opções individuais dentro de diferentes dinâmicas de poder. Ademais, o campo de produção de pornografia se expandiu exponencialmente com a proliferação das novas tecnologias, permitindo uma maior

pluralidade de expressões (ATTWOOD, 2012). Assim, o debate acadêmico sobre a pornografia deve se beneficiar se puder ser distanciado de qualificações simplificadoras e investigado mais profundamente, de forma a permitir uma maior pluralidade de entendimentos sobre o assunto, evitando uma perspectiva estritamente heterossexista sobre o tema.

Embora filmes e pornografia tenham sido objetos de estudos feministas muito importantes e emblemáticos, as maiores pesquisas quantitativas na área de mulheres e mídia tratam da mídia de notícias, que, apesar de todos os avanços de canais de mídia social, continua a ser a maior e mais influente fonte de informações em todo o mundo. A maior e mais longa pesquisa longitudinal sobre o assunto de gênero e mídia é realizada pelo Projeto de Monitoramento Global da Mídia (*Global Media Monitoring Project - GMMP*) e trata tanto do papel das mulheres na produção como do papel das mulheres como sujeito de notícias. No mais recente relatório sobre "Quem faz as notícias?" ("*Who makes the news?*", em inglês)², parece claro que, embora tenha havido alguns progressos na presença das mulheres como sujeitos de notícias (o GMMP produz relatórios a cada cinco anos, desde 1995), o mundo como representado nas notícias ainda é em grande parte masculinizado: 76% - mais de 3 em cada 4 – dos sujeitos de notícias são do sexo masculino e o pequeno aumento da visibilidade das mulheres em comparação com os últimos estudos produzido pelo GMMP se deu em grande parte devido a notícias sobre "ciência e saúde", que é um tema com o mínimo de espaço na agenda de notícias. Além disso, o papel das mulheres como porta-vozes ou *experts* nos noticiários ainda é baixa (19 e 20%, respectivamente); mulheres tem suas idades mencionadas duas vezes mais do que indivíduos do sexo masculino nos noticiários e as mulheres são identificadas pelo seu status familiar 4 vezes mais do que os homens. Quanto ao conteúdo das notícias, apenas 13% de todas as notícias tem um foco específico sobre as mulheres e, enquanto apenas 6% lidam com temas de igualdade de gênero ou de desigualdade, uma grande quantidade de histórias (46%) reforça estereótipos de gênero. Finalmente, o quadro geral da produção e do conteúdo de notícias na Internet fornece números semelhantes (Global Media Monitoring Project, 2010). A Tabela 1 abaixo apresenta

² “Para o quarto GMMP, 1.281 jornais, estações de televisão e rádio foram monitorados em 108 países, em 10 de novembro de 2009. A pesquisa abrangeu 16.734 notícias, 20.769 jornalistas (locutores, apresentadores e repórteres), e 35.543 sujeitos de notícias, ou seja, pessoas entrevistadas nas notícias e aqueles sobre quem a notícia trata. O monitoramento de notícias da Internet foi introduzido experimentalmente pela primeira vez no GMMP. Foram estudados 76 sites de notícias nacionais em 16 países e oito sites internacionais de notícias que contêm 1.061 notícias, 1044 jornalistas e 2.710 sujeitos de notícias” (Global Media Monitoring Project, 2010, p. vii).

mais detalhadamente os principais dados coletados nessa pesquisa desde 1995, ou seja, desde o período da IV Conferência Mundial sobre a Mulher até o relatório de 2010:

Tabela 1 – Principais dados da pesquisa GMMP de 1995 a 2010

Principais Dados	1995		2000		2005		2010	
	% M ³	% H	% M	% H	% M	% H	% M	% H
Sujeitos de Notícias (em todos tipos de mídia)	17	83	18	82	21	79	24	76
Sujeitos de Notícias por Assunto								
Celebridade, Artes e Esportes	24	76	23	77	28	72	26	74
Social, Justiça	19	81	21	79	28	72	30	70
Crime e Violência	21	79	18	82	22	78	24	76
Ciência e Saúde	27	73	21	79	22	78	32	68
Economia	10	90	18	82	20	80	20	80
Política e Governo	7	93	12	88	14	86	19	81
Função na Reportagem								
Opinião Popular	N/A	N/A	N/A	N/A	34	66	44	56
Experiência Pessoal					31	69	36	64
Testemunha Ocular					30	70	29	71
Sujeito					23	77	23	77
<i>Expert</i>					17	83	20	80
Porta-voz					14	86	19	81
Ocupação								
Não revelada	N/A	N/A	44	56	42	58	41	59
Celebridade			45	56	42	58	41	59
Educação, Saúde			24	76	27	73	31	69
Ativista, ONG			24	76	23	77	34	66
Funcionário Público			12	88	17	83	17	83
Esporte			9	91	16	84	11	89
Negócios/Justiça			11	89	14	86	16	84
Política			10	90	12	88	17	83
% Retratado como Vítima	29	10	19	7	19	8	18	8
% Identificado pelo Status Familiar	N/A	N/A	21	4	17	5	18	5
% Em fotografias de jornais			25	11	23	16	26	17
Apresentação e Reportagem de								

³ %M representa o percentual de mulheres e %H representa o percentual de homens.

Notícias								
% Notícias apresentadas na TV ou Rádio	51	49	49	51	53	47	49	51
% Notícias reportadas – TV, Rádio e Jornais	28	72	31	69	37	63	37	63
% Notícias reportadas por Assunto Principal								
Celebridade, Artes e Esportes	N/A	N/A	27	73	35	65	38	62
Social, Justiça			39	61	40	60	43	57
Crime e Violência			29	71	33	67	35	65
Ciência e Saúde			46	54	38	62	44	56
Economia			35	65	43	57	40	60
Política e Governo			26	74	32	68	33	67

Fonte: Adaptado do relatório GMMP 2010, tradução livre.

Ademais, diversos estudos já atestaram que existem mais estereótipos negativos femininos do que estereótipos masculinos negativos veiculados principalmente na televisão: homens normalmente são retratados com características positivas como competência, liderança e bravura, enquanto mulheres são enquadradas em basicamente dois estereótipos, o de objeto sexual ou de mãe/dona de casa e esses perfis não parecem ter mudado muito desde o início da programação televisiva (POTTER, 2011; GRIZZLE, 2014). Diversas pesquisas também apontam para uma conexão entre conteúdos midiáticos e violência contra mulheres, pois alguns conteúdos reproduzem estereótipos que relacionam a identidade masculina à violência e à dominação, enquanto as mulheres são construídas como vulneráveis e dependentes dos homens, ou como obetos sexuais, além de constituírem a minoria dos sujeitos de notícias. No mundo digital, através da pornografia e videogames violentos, a mesma situação se reproduz (MONTIEL, 2014).

Outro ponto que a pesquisa feminista sobre mídia destaca é o fenômeno de ataques midiáticos constantes ao próprio feminismo. bell hooks acredita que a mídia não apenas reflete valores culturais predominantes, mas também busca os fabricar ativamente, como no caso dos filmes holywoodianos das décadas do pós-guerra, que buscaram “tirar as mulheres das fábricas e trazê-las de volta para casa” e a autora faz um paralelo com o momento do cinema holywoodiano em fins da década de 1990, que estava “inaugurando uma nova versão da mulher desejável que é profundamente misógina e sexista (...) A mídia de massa está sendo usado nesse mesmo caminho, agora, para tirar as mulheres do feminismo e de volta para

algum modo patriarcal de pensar e, na minha visão, filmes estão liderando esta máquina de propaganda neste momento” (Entrevista concedida por bell hooks à Media Education Foundation em 1997). Seguindo o mesmo argumento, Mary Hawkesworth argumenta que o fenômeno do “enterro prematuro” do feminismo pela mídia, ou seja, de ataques constantes da mídia ao feminismo e a feministas, coincidiu com um período de crescimento sem precedentes do ativismo feminista ao redor do mundo, desde os anos 1970 até os dias atuais, e só pode ser explicado se entendermos que esse aumento do ativismo feminista foi considerado pela mídia de massa como uma ameaça que precisaria ser eliminada, já que luta por maior justiça social (HAWKESWORTH, 2004). Toril Moi, por sua vez, percebe que o feminismo se tornou um “rótulo” do qual nenhuma mulher jovem quer se apropriar por diversas percepções errôneas sobre seu significado e defende que mulheres que na década de 1970 poderiam ter se apropriado de análises feministas para compreender melhor sua situação agora buscam livros de auto-ajuda, que, embora ofereçam conselhos feministas nunca utilizariam essa palavra para se definir, pois ela parece ter se tornado tóxica para a cultura norte-americana (MOI, 2006). Exemplos empíricos para dar suporte a essa percepção do ataque midiático ao feminismo não faltam, e em alguns casos, não é nada sutil – em novembro de 2014, a *Time Magazine*, uma das revistas semanais de maior circulação do mundo, lançou um questionário *online* aos leitores em que perguntava que palavras deveriam ser excluídas do vocabulário para 2015, e dentre as alternativas estava a palavra “feminista” (*Time Magazine*, 2014).

Entretanto, as demandas por representações mais “realistas” de mulheres nos meios de comunicação (como o próprio objetivo definido na Linha de Ação J da Plataforma de Pequim: “promover um retrato equilibrado e não estereotipado da mulher nos meios de comunicação”), mais comumente associadas com o campo do feminismo liberal, são problemáticas, pois pressupõem que o realismo de um produto midiático pode ser facilmente definido e que alguém vai determiná-lo (VAN ZONEN, 1996). Críticas pós-estruturalistas apontam que identidades são fragmentárias e historicamente específicas, não havendo, portanto, um ponto de referência estável no qual basear o realismo de representações de mulheres, tornando o projeto de regular essas representações impossível por não haver critérios universalmente aceitáveis para tanto (MINIC, 2007). Em favor de um entendimento mais complexo sobre a relação entre espectadores e estereótipos midiáticos, Flávia Biroli argumenta que grande parte da crítica feminista às representações midiáticas parte de uma visão da mídia como agente central na construção do ambiente social e reprodutora de estereótipos que naturalizam imagens da mulher como restrita à esfera privada ou como objeto sexual. Entretanto, a autora

argumenta que para se alcançar uma compreensão mais complexa dos estereótipos é preciso livrar-se dos dualismos mídia versus superação dos estereótipos e mídia versus propagação dos estereótipos, livrando-se também de um entendimento dos estereótipos que os iguala às ideias de distorção e falsidade (BIROLI, 2011).

A autora argumenta que os estereótipos devem ser entendidos como “artefatos morais e ideológicos que têm impacto para a reprodução das relações de poder (...), mas em diferentes sentidos: confirmando-as ou demonstrando que as perspectivas daqueles em posição de desvantagem podem não coincidir com as dos poderosos” (BIROLI, 2011, p. 80-81). Esse entendimento dos estereótipos implica na rejeição de uma visão centralizada de poder, evidenciando que os discursos dominantes convivem com a produção de discursos alternativos, mesmo que existam condições desiguais de produção e circulação. Quando se trata da relação entre estereótipos e mídia, a autora destaca, é preciso atentar para o fato de que os estereótipos ganham mais força na ausência de uma análise crítica da sua produção e dos valores que se buscam comunicar através deles combinado com o estado de grande dependência cognitiva em relação aos meios de comunicação das sociedades atuais:

A centralidade dos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas está relacionada ao fato de que nossa experiência é hoje, em grande parte, mediada por aparatos técnicos que difundem conteúdos de forma massiva. O acesso a informações sobre eventos que não presenciamos e o compartilhamento de referências entre indivíduos que se desconhecem – mas que têm acesso aos mesmos conteúdos midiáticos – estão no centro da experiência social contemporânea (BIROLI, 2011, p. 86).

Biroli também destaca a importância de se adotar uma compreensão da recepção das mensagens midiáticas mais complexa do que uma forma direta e simplificada, abarcando o entendimento de que mesmo que os conteúdos midiáticos sejam produzidos de forma centralizada, a recepção é sempre posicionada, ou seja, marcada por processos cognitivos que dependem da posição social de cada indivíduo. Assim, a autora conclui que estereótipos existem de forma diversa na mídia, mas não consistem necessariamente em obstáculos à construção autônoma da vida dos indivíduos, embora alguns estereótipos possam sim exacerbar a vulnerabilidade de alguns sujeitos enquanto fortalecem a posição privilegiada de outros. Biroli, portanto, chama a atenção para a necessidade de “compreensão de como esses

estereótipos funcionam em relações de poder concretas, em contextos determinados” (BIROLI, 2011, p. 93).

Por fim, uma corrente recente dentro da teoria feminista que buscou relacionar o empoderamento feminino ao uso de mídia foi o cyberfeminismo. Surgida na década de 1990, essa corrente parte do conceito de “cyborg”, como teorizado por Donna Haraway, que se constituiria em um mito político com potencial, um ente de fusão entre biologia e tecnologia, que apontou como é ilusória a distinção entre virtual e real (ÅSBERG, 2009). O cyberfeminismo foi então caracterizado por um conjunto de pesquisas feministas não necessariamente unificadas, mas interessadas em explorar as relações com a Internet e novas tecnologias em geral e como parte da chamada terceira onda feminista, incluindo principalmente mulheres mais novas, ocidentais, brancas e da classe média. O cyberfeminismo pode ser dividido em dois eixos não excludentes: um centrado nos debates sobre identidade a partir do conceito do cyborg sem gênero de Haraway e outro ligado ao propósito de criar espaços para as mulheres dentro da estrutura patriarcal da Internet (GALLAGHER, 2005). Donna Haraway, com seu “Manifesto para Cyborgs”, defendeu que as mulheres precisavam se tornar mais proficientes em tecnologias para se engajar nesse novo sistema de dominação criado tecnologicamente e para desafiá-lo, usando a tecnologia como forma de empoderamento. Essa corrente foi criticada pela aparente simplificação da ideia de sistemas tecnológicos como meros instrumentos, esquecendo seu caráter histórico de produção e uso. Outras críticas se dirigiram também ao esquecimento de grande parcela de mulheres que não possuem acesso a essas tecnologias e nem terão no futuro próximo, o que apontaria para certo elitismo dessa corrente (CONSALVO, 2002). Assim, não se pode simplificar a relação entre mulheres e mídia, de forma a supor que somente o acesso a determinado tipo de tecnologia já constitui empoderamento. Nesse sentido, Télia Negrão, na sua dissertação de mestrado “Ciberespaço, via de empoderamento de gênero e formação de capital social”, fornece evidências de que a inserção digital de um grupo social (no caso usuárias de telecentros de Porto Alegre), quando vinculado a uma rede temática (no caso redes temáticas de gênero), pode constituir-se em uma via de empoderamento e de fortalecimento dos laços de solidariedade e confiança, essenciais ao capital social (NEGRÃO, 2006).

Em conclusão, os estudos acadêmicos feministas envolvendo a relação entre mulheres e mídia buscaram, desde o seu surgimento, apontar as maneiras pelas quais o sujeito “mulher”

era construído nos mais diversos produtos midiáticos, onde e por que a mulher estava ausente e apontar também as possibilidades de mudanças nessa relação. Ao revisar os principais debates na área parece claro que a questão da relação entre mulheres e mídia tem sempre pelo menos dois lados importantes: a produção e a recepção. Desenvolveram-se, portanto, importantes pesquisas feministas que apontaram e continuam apontando para o problema da participação desigual entre homens e mulheres tanto na produção de mídia quanto no mundo que é representado como produto final dessa produção. A relação de identificação com representações midiáticas parece ser fundamental para a construção da noção de subjetividade, e para explorar outras possibilidades de relacionamento com os meios de comunicação. Assim, as teorias feministas buscaram compreender de maneira mais complexa o processo de produção e de audiência, identificando possibilidades de agência e até mesmo empoderamento para o público em geral. A próxima seção busca explorar mais especificamente a questão de como se dá o empoderamento de mulheres na sua relação com a mídia, explorando estratégias feministas tanto para lidar com o empoderamento de audiências como para repensar a produção de mídia.

4. Empoderamento na relação entre mulheres e mídia: reconhecimento e redistribuição

O presente capítulo busca refletir sobre o que significa empoderamento dentro da relação entre mulheres e mídia. Se o feminismo implica em uma releitura bem como em uma reescrita das formas dominantes de cultura ocidental (LAURETIS, 1987), que estratégias concretas podem ser empregadas nesse sentido? Assim, se analisam duas reformas importantes defendidas pelos mais diversos movimentos feministas: a luta por maior igualdade e paridade entre homens e mulheres na produção de mídia e a luta por reformas educacionais que incluam o estudo crítico da produção de mídia nas escolas.

Para analisar essas estratégias de empoderamento na relação entre mulheres e mídia faz-se útil o modelo de análise desenvolvido por Nancy Fraser no artigo “*From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a ‘Post-Socialist’ Age*”. A autora argumenta que desigualdades baseadas em gênero, que é um modo de coletividade bivalente (pois contém tanto uma face político-econômica como uma face cultural baseada em valores), devem ser remediadas tanto por estratégias de reconhecimento como de redistribuição. Além disso, dentre essas duas estratégias, a autora diferencia entre medidas afirmativas - que acabam por reforçar as desigualdades que buscam combater - e medidas transformativas - que almejam combater as desigualdades desconstruindo sua base tanto econômica como cultural. A autora destaca que o percebido dilema entre reconhecimento e retribuição para grupos caracterizados como bivalentes é melhor resolvido quando se combinam medidas de reconhecimento e redistribuição transformativas, pois a real contradição do dilema se dá ao tentar-se combinar medidas afirmativas com medidas transformativas (FRASER, 1995). O quadro abaixo busca elucidar melhor essa linha de argumentação:

Quadro 1 – Medidas afirmativas versus medidas transformativas de redistribuição e reconhecimento, de acordo com Nancy Fraser (1995).

	Medidas Afirmativas	Medidas Transformativas
Redistribuição	Estado de bem-estar liberal. Realocações superficiais de bens existentes para grupos existentes; apoia a diferenciação de grupos; pode gerar falso reconhecimento.	Socialismo. Reestruturação profunda das relações de produção; enfraquece a diferenciação entre grupos; pode ajudar a remediar formas de falso reconhecimento.
Reconhecimento	Multiculturalismo <i>mainstream</i> . Realocações superficiais de	Desconstrução. Reestruturação profunda das relações de

respeito a identidades existentes; Apoia a diferenciação grupal.	reconhecimento; enfraquece a diferenciação entre grupos;
---	---

Fonte: FRASER, 1995, p. 87. Tradução livre.

Assim, o presente capítulo busca apresentar estratégias de empoderamento que podem ser entendidas como de reconhecimento e de redistribuição, respectivamente políticas educacionais de alfabetização midiática e informacional e a busca por paridade no setor de produção de mídia, identificando também o potencial transformativo de tais medidas. Nesse sentido, rejeitam-se aqui estratégias que busquem regular a produção midiática através de demandas por representações “mais realistas” de mulheres, associadas ao feminismo liberal, como através de demandas por censura, associadas ao feminismo radical. É claro que as estratégias aqui exploradas não esgotam as possibilidades, apenas foram identificadas como de grande potencial transformativo, de acordo com a teoria apresentada por Nancy Fraser e de acordo com a revisão de estratégias já empregadas anteriormente, como apresentadas no capítulo precedente.

A subseção seguinte reflete sobre o potencial de políticas educacionais para o empoderamento das mulheres em sua relação com a mídia ao examinar o desenvolvimento do conceito da política educacional de alfabetização midiática e informacional, expondo a contribuição de teorias feministas para esse debate específico. Por fim, a subseção 4.2 expõe estratégias de reformas na estrutura de produção midiática em favor de maior paridade entre homens e mulheres, o que constitui um processo de empoderamento através de ações políticas redistributivas.

4.1 Reconhecimento: estratégias de desconstrução em políticas educacionais

Para Nancy Fraser, a desvalorização sofrida pelas mulheres é expressa de diversas maneiras, inclusive na sua “trivialização, objetificação e diminuição de valor perpetrada pelos estereótipos propagados pela mídia” (FRASER, 1995, p. 79). O empoderamento envolve necessariamente um processo de conscientização quanto a essas condições desiguais, ou seja, a tomada de uma consciência crítica através do diálogo:

O diálogo não se constitui em mera verbalização de palavras e não tem como objetivo a transferência de conhecimento especializado, mas problematizar a forma oficial do conhecimento, questionando as relações dominantes que o produziram. Dessa forma, envolve um processo de contestação e redescoberta do conhecimento. O diálogo está a serviço de uma educação para a emancipação. Freire concebe a educação como um ato político, por entendê-la enquanto um projeto social. Concebe a educação como um ato político que envolve ação cultural para a libertação, constituindo-se um projeto de intervenção no mundo (BAQUERO, 2012, p. 182).

Portanto, políticas e atividades educacionais que busquem “contestar e redescobrir” como a informação é construída são de suma importância para o feminismo, e, no caso específico da relação entre mulheres e mídia, isso significa que é necessário desvelar o processo de produção midiática, desmistificando sua suposta neutralidade e expondo novas possibilidades de leitura e de produção. Os parágrafos a seguir argumentam sobre como a alfabetização midiática e informacional tem o potencial de ser uma estratégia de empoderamento transformativa na relação entre mulheres e mídia, no sentido em que busca tornar o público mais apto a desconstruir estereótipos recorrentes, contra representações sexistas, racistas e ofensivas de forma geral. Para tanto, se analisam exemplos dessa prática educacional e se explicitam as contribuições de diversas teorias feministas para a área. Analisa-se principalmente o material produzido pela UNESCO por essa ser reconhecida como a organização que realiza o trabalho mais sistemático e duradouro a nível mundial para promover políticas educacionais na área de alfabetização midiática e informacional (ALTUN, 2011). Conclui-se que, como estratégia de empoderamento das mulheres (e do público em geral), políticas educacionais como essa são mais adequadas do que ações protecionistas de censura, como argumenta bell hooks:

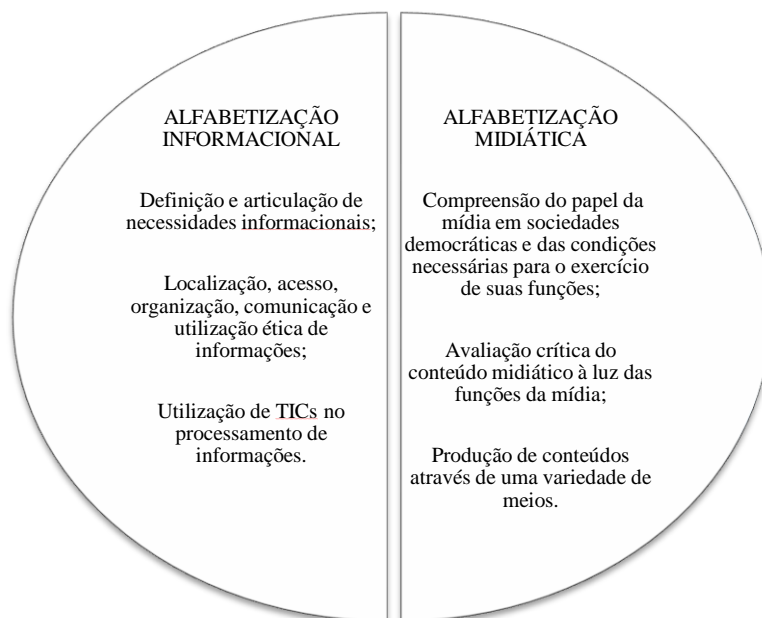
O problema não consiste em libertar-nos da representação, mas sim como tornarmos testemunhas iluminadas quando assistimos a representações, o que significa tornarmos capazes de ser criticamente vigilantes sobre tanto o que está sendo dito para nós e como reagimos ao que está sendo dito. Porque eu acho que a resposta não é o tipo de censura absolutista de uma direita politicamente correta, mas, de fato, de um sentimento pró-ativo de agência que exige de todos nós um, um maior nível de alfabetização (Entrevista concedida por bell hooks à Media Education Foundation em 1997)

Nas últimas décadas, reformas educacionais têm sido realizadas em diversos países com o objetivo de expandir o conceito de alfabetização de forma a responder aos desafios

impostos pela mídia de massa e pelas novas tecnologias da informação e comunicação (TICs). Dentre esses desafios se encontram desde questões mais fundamentais como o acesso e desenvolvimento de habilidades básicas para lidar com as tecnologias, até o desenvolvimento de habilidades mais complexas, como é o caso da alfabetização midiática e informacional (AMI), que envolve não apenas a capacidade de acessar os diferentes tipos de mídia, mas também a capacidade de interpretar, criticar e produzir mensagens em diversos contextos midiáticos. O debate sobre conceito de alfabetização midiática e informacional se iniciou primeiramente em países ocidentais como Inglaterra, Canadá e os Estados Unidos, partindo-se da premissa de que a participação individual e coletiva bem-sucedida em uma sociedade democrática presume que os indivíduos tenham conhecimento sobre como a mídia funciona para melhor fundar suas opiniões. Portanto, o conceito de alfabetização midiática e informacional pode ser aplicado tanto para o nível individual como para o nível mais amplo da sociedade (CARLSSON, 2006). Com o passar do tempo, o movimento em prol da alfabetização midiática tomou a proporção de um movimento organizado internacionalmente, sendo que em todos continentes existem grupos trabalhando nesse campo educacional na forma de associações e instituições formais e que estão ganhando visibilidade e interagindo conjuntamente, dividindo objetivos e estratégias e espaços como encontros universitários, convenções científicas, revistas e publicações, mesmo que possuam por vezes diferentes estilos de ação (TORNERO & VARIS, 2010).

Embora existam diversas terminologias para tratar do mesmo tipo de política educacional (alfabetização midiática, alfabetização digital, por exemplo), no presente trabalho se utiliza o conceito mais abrangente de alfabetização midiática e informacional, como desenvolvido pela UNESCO, que se baseia no desenvolvimento de determinadas competências chave. Por um lado, a alfabetização midiática (AM) envolve as habilidades de compreensão do papel e das funções da mídia em sociedades democráticas, das condições necessárias para o exercício de suas funções, além da capacidade de avaliar criticamente o conteúdo midiático à luz das funções da mídia e também de produzir conteúdos através de uma variedade de meios. Por sua vez, a alfabetização informacional (AI) consiste nas capacidades de definir e articular necessidades informacionais, localizar, acessar, organizar, utilizar eticamente e comunicar informações, além de ser capaz de utilizar TICs no processamento de informações (WILSON et al., 2013). A Figura 1 busca ilustrar as capacidades que compõem o conceito de AMI de acordo com a UNESCO.

Figura 1 – Capacidades envolvidas na Alfabetização Midiática e Informacional de acordo com a UNESCO



Fonte: Informações retiradas de WILSON et al., 2013, elaboração própria.

Um cidadão alfabetizado dentro dessas competências, portanto, é capaz de: reconhecer e articular a necessidade de informação e de mídia; compreender o papel e as funções dos meios de comunicação e outros fornecedores de informação (inclusive na Internet) em sociedades democráticas; compreender as condições em que essas funções podem ser cumpridas; localizar e acessar informações relevantes; avaliar criticamente as informações e os conteúdos dos meios de comunicação e outros fornecedores de informação, incluindo aqueles na Internet, em termos de legitimidade, credibilidade e finalidades, oportunidades e riscos potenciais; extrair e organizar o conteúdo informacional e midiático; sintetizar ou operar com as ideias abstraídas do conteúdo; utilizar de forma ética e responsável as informações e comunicar a própria interpretação ou conhecimento recém-criado para uma audiência de maneira apropriada; ser capaz de aplicar as competências em TIC a fim de processar informações e produzir conteúdo; envolver-se com a mídia e outros fornecedores de informação para fins de autoexpressão, de liberdade de expressão, de diálogos interculturais, de participação democrática, de igualdade de gênero e para combater todas as formas de

desigualdades (GRIZZLE, 2014). A alfabetização midiática e informacional envolve, assim, não somente conhecimentos teóricos, mas também conhecimentos adquiridos através da experiência prática, demandando uma participação ativa dos alunos, que devem desenvolver a capacidade de se expressar de muitas maneiras, não somente através do texto escrito, mas também através de imagens e sons (CARLSSON, 2006).

Entretanto, é importante destacar que a definição desse conceito não é consensual e existem diversos debates na área. Alguns *experts*, por exemplo, criticam a abordagem unificada entre alfabetização midiática e alfabetização informacional proposta pela UNESCO, argumentando que seriam duas capacidades distintas a serem desenvolvidas separadamente, ao que se contra-argumenta que devido à crescente convergência dos diferentes tipos de mídia, ambas capacidades são necessárias para uma participação democrática ativa, e, portanto, devem ser tratadas de maneira unificada de forma a promover a participação mais eficazmente e para evitar a competição desnecessária por recursos (MARTINSSON, 2009; Entrevista concedida por Alton Grizzle, representante da UNESCO). O consenso na área parece ser mais claro quando se trata da necessidade de se incentivar o desenvolvimento de capacidades técnicas básicas de acesso e de utilização dos meios de comunicação modernos como parte do currículo escolar atual (capacidades básicas para o desenvolvimento da alfabetização midiática e informacional). No entanto, quanto mais ênfase é dada à necessidade de desenvolvimento do pensamento crítico, mais divergências existem – de fato, a principal controvérsia na área se dá entre aqueles que acreditam que esse tipo de educação deve ser “politicamente neutra” e aqueles que dão destaque ao papel fundamentalmente político desse tipo de educação, que deveria estar sempre relacionada ao desenvolvimento do pensamento crítico (GONNET, 2001; KELLNER & SHARE, 2005). Para o feminismo, em especial, esse tipo de política educacional é fundamental, pois, ao ser posta em prática, torna-se possível desafiar estereótipos e entender como eles enfraquecem ou reforçam o poder de determinados grupos, devendo ir além da compreensão de como o significado é construído para também analisar como esses sentidos construídos se relacionam com sistemas mais amplos de dominação cultural, de gênero, classe, etc. A experiência vivida dos alunos deve, portanto, sofrer uma reavaliação crítica, para que suposições e preconceitos sobre si mesmos e sobre os outros sejam discutidos e desafiados (LUKE, 1994).

A Plataforma Pequim e seu Plano de Ação, resultantes da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher de 1995 já posicionava políticas educacionais como a de alfabetização

midiática e informacional como fundamentais para o avanço das mulheres e do desenvolvimento na seção que trata sobre “Educação e treinamento da mulher”:

Os meios de difusão são importantes meios de educação. Os educadores e as instituições governamentais e não governamentais podem utilizar os meios de comunicação como um instrumento de ensino para o avanço da mulher e para o desenvolvimento. A educação e os sistemas de informação computadorizados se estão convertendo em elementos cada vez mais importantes de aprendizado e de difusão de conhecimentos. A televisão, em particular, influi em maior medida nos jovens e pode, de forma tanto positiva quanto negativa, forjar valores, atitudes e percepções nas mulheres e nas meninas. Por conseguinte, é fundamental que os educadores desenvolvam o juízo crítico e a capacidade analítica dos alunos (Nações Unidas. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, artigo 77, 1995).

Entretanto, ainda se tratava de um entendimento incipiente do assunto, pois posicionava os meios de comunicação apenas como instrumento de ensino, e ainda não como objeto merecedor de estudo em si. Na seção específica sobre a relação entre mulheres e mídia, a Plataforma também não relacionou a questão de políticas educacionais como proposta para empoderamento das mulheres nessa área. Esse pensamento evoluiu de forma a relacionar ambas as esferas, como fica evidente, por exemplo, na publicação de novembro de 2014, resultante do Fórum da Sociedade Civil da região *Ásia-Pacífico (Asia Pacific Beijing+20 Civil Society Forum Statement)*, que reuniu mais de 400 organizações da sociedade civil, na seção que trata sobre mulheres e mídia:

Apelamos aos governos para que desenvolvam políticas, práticas e ferramentas que respeitem a igualdade de direitos humanos e de gênero das mulheres e que eliminem estereótipos, preconceitos e representações discriminatórias contra mulheres e outros grupos sociais na mídia. É fundamental para o governo e para a sociedade civil que se promova a alfabetização midiática de forma a proporcionar às mulheres e às meninas um maior engajamento com a forma que são retratadas na mídia, bem como a alfabetização digital como um componente de acesso significativo para permitir que mulheres e meninas, incluindo as comunidades marginalizadas e sub-representadas nos meios de comunicação, desenvolvam habilidades técnicas essenciais, como usuárias e consumidoras, de modo que possam tornar-se agentes ativas e participar plenamente na vida social e pública (*Asia Pacific Beijing+20 Civil Society Forum Statement*, pg. 10).

Ainda assim, estudos quantitativos na área enfrentam dificuldades no acesso a dados e estatísticas precisas, já que há uma falta de estatísticas desagregadas por gênero para se analisar diferentes usos das TICs. Entretanto, é possível afirmar que, no mundo em geral, a participação das mulheres na Sociedade da Informação é menor do que a dos homens, particularmente em países pobres. Embora a evolução tecnológica tenha vindo em benefício da expansão do acesso à informação e ao conhecimento, também acabou por gerar outras desigualdades. Portanto, políticas e estratégias de alfabetização midiática e informacional sensíveis à perspectiva de gênero podem ajudar a enfrentar as desigualdades e estereótipos negativos propagados através dos fornecedores de informação (GRIZZLE et al., 2013).

Teorias feministas foram fundamentais no desenvolvimento conceitual desse tipo de política educacional. As contribuições do campo da teoria do ponto de vista feminista (*feminist standpoint theory*), por exemplo, propõem que posições diferentes dos sujeitos (determinadas por classe, raça, gênero, sexualidade, etc.) produzem leituras diferentes, sendo importante, portanto, que as mensagens midiáticas sejam interpretadas a partir de diversas perspectivas de forma a tornar a educação mais conducente a uma democracia pluralista. As teorias do ponto de vista feminista contribuem para esse tipo de política educacional ao propor que toda leitura busque apreender perspectivas subordinadas, desnaturalizando assim as leituras hegemônicas e entendendo-as como apenas uma das possibilidades de interpretação de uma mensagem (KELLNER & SHARE, 2005). Da mesma maneira, o conceito de posicionalidade como desenvolvido por Linda Alcoff (1988) parte de uma concepção do sujeito não essencialista e indissociável da situação externa que o cerca, levando em conta condições econômicas objetivas, culturais, ideológicas e etc. Carmen Luke afirma então que para as teorias feministas em geral, e para a pedagogia feminista em especial, essa concepção de sujeito como posicionalidade é fundamental, já que as mulheres possuem identidades complexas e múltiplas que não podem ser reduzidas a princípios universalmente aplicáveis, mas que devem ser desenvolvidas a partir das vozes individuais expressadas de suas posições particulares. Aqui, portanto, o sujeito é entendido como um produto cultural de discursos hegemônicos, mas também como um agente cultural, capaz de negociar e contestar significados atribuídos (LUKE, 1994).

Já o conceito de performance, como desenvolvido por Judith Butler (1990), é um conceito pós-estruturalista e antiessencialista de identidade que descreve o gênero como uma performance cultural ou prática discursiva realizada por cada indivíduo, sendo um dos marcos

fundadores da teoria *queer*, que, em sua relação com estudos da cultura popular, busca justamente criticar sua heteronormatividade e questionar a naturalidade de papéis de gênero (STOREY, 2008). Esse conceito de performance, quando aplicado à problematização de políticas de alfabetização midiática e informacional, requer que os(as) alunos(as) não sejam entendidos de maneira unificada, sugerindo que a relação entre o público e a mídia é ativa e variada, não aceitando só uma versão ou definição de alfabetização midiática e informacional:

"A partir dessa perspectiva, a participação dos indivíduos na cultura midiática oferece oportunidades para a realização própria de formas hegemônicas ou variacionais e tipos específicos de atividades de alfabetização midiática podem incentivar (ou desencorajar) a variação performativa. A alfabetização midiática potencialmente fornece o espaço cultural e o acesso tecnológico através dos quais o "cidadão *DIY*" ("cidadão faça-você-mesmo") pode experimentar com identidade em contextos menos regulados do que habitualmente, realizando a "cidadania" de maneiras inesperadas e provocantes. A necessidade para que isso ocorra em contextos locais sugere que um discurso de alfabetização midiática singular provavelmente não será bem sucedido e que a participação não deve ser construída como um conjunto de estratégias específicas universalmente aplicáveis. Visto desta forma, o objetivo da alfabetização midiática não é 'empoderar' os jovens por meio de estratégias disciplinares específicas, mas sim proporcionar oportunidades de participação democrática localizadas. Em tais contextos, representações midiáticas hegemônicas e processos institucionais podem ser potencialmente negociados de forma criativa. Isto pode conduzir a uma forma de proficiência social que é essencial para a cidadania bem sucedida" (DEZUANNI, 2009, pg. 41).

Embora, de acordo com Butler, não seja possível que a agência individual se situe fora do sistema de discurso para se opor ou para alterá-lo, o sistema está aberto à intervenção e à resignificação, processos que possibilitam a existência da capacidade de ação transformativa individual. A partir de uma leitura foucaultiana, Dezuanni propõe que diferentes versões de políticas educacionais como a alfabetização midiática e informacional podem ser compreendidas como diferentes discursos ou instrumentos de regulação que tentam disciplinar a relação entre jovens e a mídia, normalizando seu comportamento frente a certos discursos. Assim, o autor argumenta contra discursos de políticas de alfabetização midiática e informacional que entendam a relação entre jovens e mídia como problemática e a favor de que não se crie discursos específicos sobre intervenções disciplinares entre jovens e mídia, mas sim que se responda a circunstâncias locais de maneira a se aproveitar o poder que os jovens já têm na sua relação com a mídia (DEZUANNI, 2009).

Entretanto, ao dar bastante ênfase para a capacidade própria de cada jovem em sua relação com a mídia o autor parece adotar uma perspectiva bastante individualista quanto a essa relação e parece ignorar problemas de representação que afetam e diferenciam as maneiras como cada jovem e como diferentes grupos se relacionam com a mídia. Assim, embora modelos pós-estruturalistas tenham contribuído no sentido de enfatizar o poder do próprio público na negociação de sentidos que ocorre na sua interação com conteúdos midiáticos, esse modelo parece encontrar diversos problemas ao buscar teorizar sobre o empoderamento coletivo, pois depende muito fortemente de estratégias de reapropriação crítica individual e de oportunizar a variação performativa, que parecem ser processos bastante individualistas, já que identidades de grupo são entendidas como repressivas. Ademais, esse tipo de entendimento das ideias pós-estruturalistas parece vir contra os propósitos combater as desigualdades diversas a partir de políticas públicas. Assim, embora o argumento de que não deva existir somente um modelo desse tipo de política educacional e que cada país ou região deva desenvolver a política educacional que mais lhe convém seja bastante válido, simplesmente desproblematizar a relação entre jovens e mídia parece ignorar profundos problemas existentes na relação entre o público e os mais diferentes tipos de mídia em todo mundo.

Um exemplo sobre como esse tipo de educação pode se dar na prática, e de como a perspectiva de gênero pode ser nela incorporada, é encontrado no curso *online* sobre o tema oferecido pela UNESCO em conjunto com a Universidade de Athabasca (Canadá), *UNESCO Media and Information Literacy Course* (Curso de Alfabetização Midiática e Informacional da UNESCO), do ano de 2014, direcionado para jovens de 15 a 25 anos. Esse foi o primeiro curso abrangente a considerar todo amplo espectro de competências de alfabetização midiática e informacional (GRIZZLE, 2014). O curso partiu do ensino de conceitos mais abstratos como liberdade de expressão, liberdade de informação, liberdade de imprensa e a função dos meios de comunicação em sociedades democráticas até o ensino de conhecimentos mais específicos e até mesmo técnicos sobre a produção de conteúdos midiáticos, como, por exemplo, a técnica de estruturação de textos jornalísticos da “pirâmide invertida” e a “regra dos terços” para fotografias. Dentre os exercícios propostos estava a proposta de comparação entre a cobertura de uma notícia específica em veículos de informação dominantes (*mainstream*) e na mídia alternativa e da verificação da confiabilidade das informações disponibilizadas em *websites* de organizações através da investigação das suas fontes de financiamento e links relacionados (UNESCO & Athabasca University, 2014).

No mesmo curso, uma unidade foi dedicada a “Representações de Gênero na Mídia, Livros, na Internet e na História”. Nessa unidade, se trata da representação das mulheres através de estereótipos e das implicações da desigualdade de gênero para as liberdades de expressão e de informação. Também se abrangem os tópicos do papel da mídia em promover a diversidade e sobre o papel da sociedade civil em cobrar maior igualdade de gênero nos conteúdos produzidos por organizações midiáticas. São apresentados recursos eletrônicos para mais informações como *websites* de organizações não governamentais feministas (como por exemplo, da Gender Links, organização internacional com base na África do Sul, e da Associação internacional de Mulheres no Rádio e na Televisão) e, ao final da unidade, um teste compreendendo 10 questões buscava verificar a retenção dos conteúdos tratados (UNESCO & Athabasca University, 2014). Assim, essa seção do curso abrangeu um breve histórico do movimento feminista através de suas diferentes ondas e como essa luta se relaciona com demandas por uma mídia que não reproduza estereótipos nocivos e que reflita a pluralidade de sua audiência. Alguns dados do *Global Media Monitoring Project* de 2010 foram também apresentados, demonstrando como as mulheres estão sub-representadas tanto na produção quanto no conteúdo de fontes de notícias tradicionais, bem como na Internet.

Porém, o curso adota um forte viés de empoderamento, não apenas criticando os meios de comunicação, mas também apontando sua importância em sociedades democráticas: “Uma das melhores maneiras de reverter essa situação é dar às mulheres a educação necessária para que elas trabalhem na mídia. Se a mídia deve cumprir com sua função em sociedades democráticas, ela deve refletir a diversidade da população à qual serve” (UNESCO & Athabasca University, 2014, *Unit 6 - Representations of Gender in the Media, Books, on the Internet and in History – Introduction*). Por exemplo, um dos exercícios sugeridos pelo curso nessa unidade pedia aos alunos que identificassem alguma imagem, vídeo ou notícia que reforçasse estereótipos de gênero e compartilhassem através de mídia social para que fossem então monitoradas as respostas a tal postagem e se refletisse sobre que ações o(a) aluno(a) e sua rede de contatos poderiam tomar para mudar essa representação negativa. Outro exercício sugeria que o(a) aluno(a) entrasse em contato com as organizações de mídia nacionais e pedisse para incluir mais conteúdo sobre mulheres em sua programação. Assim, parece claro que, ao invés de simplesmente encorajar a crítica aos meios de comunicação, o curso buscou adotar uma postura de incentivar a cidadania ativa e o diálogo.

Ainda outros exemplos ilustrativos da prática de alfabetização midiática e informacional que adotam a perspectiva de gênero podem ser encontrados nas atividades desenvolvidas por diversas organizações não governamentais ao redor do mundo. O *Centre Audiovisuel Simone de Beauvoir* (Centro Audiovisual Simone de Beauvoir), em Paris, na França, por exemplo, foi criado em 1982 para servir de arquivo audiovisual sobre a luta por direitos das mulheres, e, na evolução de sua atuação, começou a desenvolver “ateliers de formação para a imagem” em escolas, centros comunitários e outros locais, com o objetivo de permitir aos participantes a “reflexão sobre o papel das imagens na construção e na representação do gênero, da orientação sexual, bem como da representação das culturas”, além de também realizar ateliers de produção de filmes. O centro também criou o site Genrimages (Genrimages.org) com o objetivo de fornecer materiais didáticos a educadores para auxiliar na decodificação e análise de imagens audiovisuais (informações retiradas da página virtual da organização *Centre Audiovisuel Simone de Beauvoir*). O *Media Smarts – Canada’s Centre for Digital and Media Literacy* (Centro Canadense de Alfabetização Digital e Midiática) também fornece diversos recursos (tanto para pais quanto para professores) sobre representações de gênero na mídia, incluindo também material explicativo sobre o papel da mídia na formação de atitudes sobre a masculinidade (informações retiradas da página virtual da organização *Media Smarts*).

Por fim, no último guia de políticas de alfabetização midiática e informacional publicado pela UNESCO (*Media and Information Literacy – Policy and Strategy Guidelines*, de 2013) há uma clara inclusão da perspectiva de gênero. Para a organização, uma política pública de alfabetização midiática e informacional que leve em conta questões de gênero deve ser desenvolvida e implementada igualmente entre homens e mulheres, e reconhecer que o acesso à informação difere tanto em termos de acesso como em termos de operação e autoria entre homens e mulheres, e essa realidade deve ser transformada. Essa abordagem é particularmente importante nos países em desenvolvimento, onde essas desigualdades são mais acentuadas – uma abordagem de gênero é considerada, portanto, uma abordagem de desenvolvimento. Na proposta dos autores, as desigualdades de gênero devem ser consideradas em combinação com diversas outras formas de desigualdades advindas de outras categorias sociais, já que um tipo de desigualdade em combinação com outros pode causar sua exacerbção (GRIZZLE et al., 2013).

Consoante ao modelo de análise proposto por Nancy Fraser, medidas transformativas que visem à justiça social através do reconhecimento estão associadas à desconstrução e devem:

Reparar o desrespeito através da transformação da sua estrutura cultural-valorativa subjacente. Ao desestabilizar identidades e diferenciações de grupos existentes, esses remédios não só elevariam a autoestima dos membros de grupos atualmente desrespeitados. Eles mudariam o sentimento de pertencimento e afiliação de todas as pessoas (FRASER, 1995, p. 83).

Assim, políticas educacionais como a alfabetização midiática e informacional podem servir como medidas transformativas ao questionarem a suposta naturalidade de mensagens midiáticas e estereótipos sobre feminilidade e masculinidade propagados, envolvendo o desenvolvimento do pensamento crítico em todos os participantes. A demanda por políticas educacionais como essa tem sido apontada por diversos grupos feministas ao redor do mundo em conexão à relação entre mulheres e mídia, e deve ser um dos pontos a serem debatidos ao se revisar a Plataforma de Ação e seus objetivos no ano de 2015. Parece claro que, sem políticas educacionais públicas que busquem justamente endereçar a relação entre mulheres e mídia, as desigualdades de acesso e uso tendem somente a se exacerbar nas próximas décadas, para desvantagem dos grupos sociais mais vulneráveis.

4.2 Redistribuição: paridade na produção de mídia

Dado o poder da mídia de massa em construir a realidade social e também de transformá-la, teoriza-se que seu potencial de transformação social seria mais eficazmente atingido se as mulheres estivessem envolvidas mais igualmente nas estruturas decisórias das organizações de mídia, e que essa mudança estrutural poderia se refletir em mudanças nos conteúdos produzidos, tornando-os mais sensíveis a questões de gênero. Assim, nas últimas décadas, diversos estudos buscaram apreender a realidade da produção de mídia e as desigualdades de gênero nesse campo. Nessa seção, apresentam-se dados bastante recentes sobre a desigualdade de gênero na produção de mídia, buscando subsidiar a argumentação em favor da necessidade de políticas e ações específicas visando à paridade nesse setor de

produção em todo o mundo. Ademais, a busca pela paridade de gênero no setor vai ao encontro do ideal de justiça social como teorizado por Nancy Fraser (1995), já que se trata de um remédio redistributivo fundamentalmente transformativo, pois trata do problema da desigualdade na sua estrutura político-econômica.

Um dos relatórios mais abrangentes quanto a essa temática, o Relatório Global sobre o Status da Mulher na Mídia de Notícias (*Global Report on the Status of Women in the News Media*), foi apresentado em 2011 pela Fundação Internacional de Mídia para as Mulheres (*International Women's Media Foundation*) através de uma pesquisa envolvendo 500 empresas de mídia em 59 nações⁴. O estudo demonstrou que a desigualdade de gênero é maior dentre as posições estratégicas das empresas:

73% dos postos de trabalho de alta gerência são ocupados por homens contra 27% ocupados por mulheres. Entre os repórteres, os homens têm cerca de dois terços dos postos de trabalho, em comparação com 36% ocupados por mulheres. No entanto, entre profissionais seniores, as mulheres estão se aproximando de paridade, ocupando 41% dos empregos de captação, de edição e de redação de notícias (International Women's Media Foundation, 2011, p. 9).

Quanto aos resultados regionais, a fundação demonstrou que no Oriente Médio e África do Norte os homens não só correspondem ao dobro do número de mulheres nas organizações de mídia, mas também ganham de 3 a 5 vezes mais nas posições de alta gerência. Na África Subsaariana os números são similares em geral, embora a África do Sul apresente resultados encorajadores como reflexo de políticas de gênero progressistas implantadas. Nas Américas, somente em Porto Rico as mulheres são a maioria em organizações de mídia, havendo um padrão bastante marcado de sub-representação nas mulheres. Nos Estados Unidos, as mulheres correspondem a menos de um quarto das posições de alta gerência. Na região da Ásia e Oceania, o Japão se destaca por sua composição extremamente desigual da força de trabalho: enquanto na região em geral a relação entre homens e mulheres é de 4 para 1, entre as empresas de mídia japonesas essa relação é de 6 para 1, e praticamente todos postos de alta gerência são ocupados por homens.

⁴ “O estudo incluiu empresas de notícias em 59 nações que representam todas as regiões do mundo. As nações incluídas foram selecionadas a partir de uma lista inicial maior de nações desenvolvidas e em desenvolvimento. A seleção final dependeu, em parte, da capacidade de identificar pesquisadores qualificados para auxiliar na coleta de dados dentro de uma nação ou região” (IWMF, 2011, p. 16).

Dentre as regiões pesquisadas com maior igualdade estão a Europa Oriental, Nórdica e Ocidental (International Women’s Media Foundation, 2011). Os dados agregados de todas as empresas de mídia pesquisadas em todas as regiões quanto ao status ocupacional de homens e de mulheres pode ser verificado na tabela abaixo:

Tabela 2 – Status ocupacional de homens e mulheres (todas as regiões)

Status ocupacional	% Mulheres	% Homens
Governança	25,9%	74,1%
Alta gerência	27,3%	72,7%
Gerência Sênior	38,7%	61,3%
Gerência Média	28,7%	71,3%
Gerência Júnior	36,1%	63,9%
Produção e Design	34,4%	65,6%
Área Técnica	26,8%	73,2%
Vendas, Finanças, Administração	35,6%	64,4%
Outros	32,9%	67,1%
Números Totais	35,1%	64,9%

Fonte: Adaptado do relatório IWMF, 2011, tradução livre.

Entretanto, posições de alta gerência ainda são bastante inacessíveis para mulheres, mesmo nas regiões de maior igualdade. O Instituto Europeu para a Igualdade de Gênero (*European Institute for Gender Equality*) produziu em 2013 o primeiro relatório abrangente a trazer indicadores comparáveis entre 27 estados membros na União Europeia mais a Croácia na área de Mulher e Gênero. Os resultados do relatório demonstram que, embora nos cursos universitários de jornalismo as mulheres componham a maioria dos alunos, as mulheres ainda são minoria no nível de tomada de decisão das organizações de mídia: no setor público de mídia, as mulheres ocupam somente 22% das posições de tomada de decisão estratégica, e, no setor privado, esse número cai para 12%. Assim, embora o número mulheres empregadas em profissões de mídia esteja em constante crescimento, existem impedimentos ao avanço para posições de maior poder dentro das organizações de mídia – fenômeno apelidado de *glass ceiling* ou “teto de vidro” (European Institute for Gender Equality, 2013).

Outro relatório bastante abrangente pelos tipos de mídia analisados (desde notícias até entretenimento), O Status da Mulher na Mídia dos EUA 2014 (*The Status of Women in the U.S. Media 2014*), foi produzido pelo Centro de Mídia das Mulheres (*Women's Media Center*) e apontou que, das matérias jornalísticas produzidas com identificação autoral ou exposição televisiva dentro da amostra analisada, 63,4% eram produzidas por homens e apenas 36,1% por mulheres. Além disso, as matérias cobertas por mulheres tendem a tratar de saúde, de entretenimento e *lifestyle*, sendo que apenas 32% das matérias sobre “crimes e justiça” e “política mundial” foram produzidas por mulheres. Ademais, nos três jornais mais prestigiosos do país, a relação entre as matérias de opinião feitas por homens e por mulheres foi de 4 para 1. Já na indústria do cinema, nos 100 filmes mais bem-sucedidos nas bilheterias em 2012, somente 28,4% dos papéis com falas foram dados a mulheres, e apenas 16% de todos os diretores, produtores executivos, roteiristas, cinematógrafos e editores dos 250 filmes norte-americanos mais bem-sucedidos nas bilheterias de 2013 foram mulheres. Quando se considera a situação de mulheres negras, a situação é ainda mais problemática: dos 565 diretores dos 500 filmes de maior bilheteria produzidos entre 2007 e 2012, 33 eram pessoas negras, e apenas 2 dessas 33 pessoas eram mulheres negras (Women's Media Center, 2014). Os dados sobre a indústria de cinema norte-americana são particularmente importantes, pois, embora sua produção seja bastante localizada, a audiência dos filmes produzidos tem proporções globais.

O que se pode apreender dessas diversas pesquisas quantitativas é que “a questão para mulheres no jornalismo não é tanto uma questão de total exclusão da profissão, mas sim uma marginalização e falta de mobilidade” (BYERLY, 2014, p. 35). Bem como em outras instituições sociais, a marginalização das mulheres se explica pela cristalização do poder dos homens, há mais tempo institucionalizado. A crescente concentração e consolidação do poder dos homens dentro do setor também foram facilitadas com o advento de políticas econômicas neoliberais a partir da década de 1970 (BYERLY, 2014). Outra grande dificuldade em se considerar a perspectiva de gênero em políticas regulatórias e na prática da mídia reside na questão da liberdade de imprensa:

Assim como os jornalistas muitas vezes argumentam que as tentativas de corrigir o desequilíbrio de gênero no conteúdo de mídia equivaleria a uma abdicação da sua "objetividade" profissional, os tomadores de decisões políticas geralmente interpretam a defesa da política com perspectiva de gênero como um ataque à "liberdade" - de

expressão, de imprensa, e dos meios de comunicação em geral (Global Media Monitoring Project, 2010).

Para além do fato de que qualquer medida para além da arena da auto-regulação e dos códigos da própria indústria de mídia é hostilizada por ser considerada um ataque à liberdade de expressão, a tecnologia atualmente ultrapassa fronteiras, ficando limitado o poder de cada legislação nacional sobre o assunto. Portanto, a questão da falta da adoção de uma perspectiva de gênero sobre a regulação da mídia é resultado não só de uma cultura historicamente patriarcal impregnada tanto no serviço público como na esfera privada, como também pelo predomínio de sistemas de mídia comerciais sobre o serviço público de mídia, já que limitações financeiras são percebidas pelas empresas de mídia como um dos maiores obstáculos a um maior esforço por igualdade de gênero na produção (SARIKAKIS, 2014). Entretanto, pesquisas demonstram que quando existem leis que buscam garantir a igualdade de gênero na profissão, bem como medidas específicas para trabalhadoras que são mães (como auxílio-creche), o avanço das mulheres na carreira jornalística é claramente beneficiado (BYERLY, 2014).

Assim, políticas que enderecem a questão da relação entre mulheres e mídia têm que considerar uma multiplicidade de aspectos, como a pluralidade de atores interessados, desde organizações de mídia até agentes da sociedade civil e acadêmicos e a necessidade de se levar em conta os diferentes setores de produção midiática (setor público, comercial e comunitário) e diferentes níveis de legislação (nacional, regional, internacional) (PADOVANI, 2014). Nesse sentido, diversos exemplos de boas práticas podem ser encontrados. Na Europa, por exemplo, em 2012, a Comissão Europeia propôs uma diretiva visando a marca de 40% de presença do sexo sub-representado dentre diretores não-executivos de organizações de mídia até 2018 para aquelas organizações que são financiadas com dinheiro público e até 2020 para aquelas de capital aberto (ROSS, 2014). Algumas empresas europeias também se destacaram na defesa da igualdade de gênero, como a BBC, com seu Esquema de Igualdade de Gênero adotado em 2007, a *Corporación de Radio y Televisión Española* (RTVE) com campanhas publicitárias de conscientização sobre a violência contra as mulheres e o uso de linguagem sensível a gênero, e, por fim, a empresa pública de radiodifusão austríaca *Österreichische Rundfunk* com seu plano de aumento da representação das mulheres para 45% do total da força de trabalho (PADOVANI, 2014).

Outras iniciativas internacionais de destaque incluem a Associação Mundial de Comunicação Cristã (*World Association for Christian Communication – WACC*) que promove o Projeto de Monitoramento Global da Mídia (*Global Media Monitoring Project - GMMP*), a Associação para Comunicação Progressista (*Association for Progressive Communication - APC*) e seu Programa de Suporte a Redes de Mulheres (*Women’s Networking Support Programme - APC WNSP*)⁵, e a colaboração entre a organização não-governamental sul-africana *Gender Links* e o Instituto de Mídia da África Meridional (*Media Institute of Southern Africa - MISA*) que promoveu a inserção de dois artigos sobre o tema dentro de um protocolo regional da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC, sigla em inglês). Também existem muitos exemplos de recursos e ferramentas de operacionalização de políticas públicas na área que foram criados como resultados de pesquisas e colaborações internacionais, tanto dentro do ambiente acadêmico como fora deste, dentre os quais podemos citar o guia de Indicadores Sensíveis ao Gênero para a Mídia (*Gender Sensitive Indicators for the Media*) produzido pela UNESCO, o guia do jornalismo ético na área de gênero (*Learning Resource Kit for Gender-Ethical Journalism and Media House Policy*) produzido pela WACC em colaboração com a Federação Internacional de Jornalistas (PADOVANI, 2014).

Um caso bastante interessante sobre a paridade na produção de arte e cultura em geral se deu na França, que foi também um dos primeiros países a normatizar a paridade de gênero na representação política. O movimento H-F, fundado por mulheres e homens envolvidos na produção de arte e cultura (em Lyon em 2008 e em Paris em 2009), nasceu após constatar-se numericamente (através de um relatório encomendado pelo Ministério da Cultura e publicado em maio de 2006) a extrema desigualdade entre homens e mulheres no meio artístico francês, em especial em funções e cargos de direção. Na sua breve existência, o movimento já foi capaz de organizar um intenso lobby sobre a legislação francesa, incluindo o ramo da cultura dentre as esferas nas quais se deve implementar a paridade entre homens e mulheres, além de alcançar o público em geral com campanhas publicitárias de sensibilização (em especial a campanha “*Où sont les femmes?*”, “Onde estão as mulheres?” em português). A organização

⁵ APC WNSP “é tanto um programa da APC quanto uma rede global de mulheres comprometida com o uso de tecnologia para o empoderamento das mulheres. Ela promove a igualdade de gênero na concepção, desenvolvimento, implementação, acesso e uso das TICs e nas decisões políticas e marcos que as regulam. A rede conta com mais de 100 mulheres de mais de 35 países. São mulheres individuais e grupos de mulheres e organizações que trabalham na área de gênero e TICs e apoiam ativamente a rede de mulheres. Membros da APC WNSP constituíram redes regionais na África, na região Ásia-Pacífico, na Europa e na América Latina.” Disponível em: <http://www.apc.org/en/glossary/term/253>. Acesso em: 05/12/2014.

também já estabeleceu contatos com outras organizações similares na Espanha e na Suécia, buscando compartilhar o aprendizado e boas práticas sobre esse tipo de ativismo (Entrevista concedida por Blandine Péliissier, representante da H-F Île-de-France).

No ano de 2013, além de lançar a Aliança Global para Parcerias em Alfabetização Midiática e Informacional a UNESCO lançou também a Aliança Global sobre Mídia e Gênero, para articular um acompanhamento sistemático da implementação da Declaração de Pequim e de sua Plataforma de Ação. No documento em que se estabelece a agenda de pesquisa para a Aliança Global sobre Mídia e Gênero a UNESCO reconhece, entretanto, que o progresso nessa área tem sido lento e fragmentado, precisando ser fortalecido globalmente. Para tanto, a estratégia da UNESCO tem se dado em dois aspectos: programas específicos de igualdade de gênero e o *gender mainstreaming* em todas as áreas de competência da organização (BERGER, 2014). Esse projeto está ligado à missão mais ampla da organização de promover igualdade de gênero em todas as áreas de sua competência, e parece traduzir a estratégia da organização de tornar o diálogo o mais amplo possível, ou seja, trazendo todos os atores interessados para o debate. Para a UNESCO, a perspectiva de gênero deve ser adotada por todos, ou seja, por mulheres, por homens e, é claro, pelas próprias organizações de mídia. Assim, a organização defende que as organizações de mídia são atores importantes que devem reconhecer que a promoção da igualdade de gênero é importante para elas mesmas por três perspectivas: de negócios, de desenvolvimento e de liberdade de expressão, pois as mulheres representam em torno de 50% do público e não estão sendo atendidas apropriadamente. A UNESCO visa, portanto, fazer com que as organizações de mídia apropriem-se dessas ideias e se tornem defensoras da igualdade de gênero. Para tanto, a organização provê recursos (particularmente para organizações de mídia não comerciais) para a implementação de políticas e ações de igualdade de gênero e treinamento para jornalistas (Entrevista concedida por Alton Grizzle, representante da UNESCO).

Um dos exemplos de resultados dessa iniciativa está na composição do seu comitê internacional de condução – dos 20 de seus membros, 7 representam associações e sindicatos de radiodifusão. Isso, para a organização, representa a oportunidade de um início de um diálogo entre radiodifusores, organizações não governamentais e acadêmicos. Outro resultado positivo foi a publicação da agenda de pesquisa da Aliança, que reuniu pela primeira vez diversas partes interessadas e diferentes *experts* que estavam trabalhando separadamente na área de igualdade de gênero na mídia por décadas. De acordo com a organização, a Aliança

tem crescido rapidamente e tem despertado bastante interesse, já sendo reconhecida a necessidade de se criar divisões operacionais por região, e a ideia é que, no futuro, se crie divisões operacionais nacionais, de forma a acompanhar sistematicamente a operacionalização da Plataforma de Pequim e sua seção J, sobre a relação entre mulheres e mídia (Entrevista concedida por Alton Grizzle, representante da UNESCO).

Finalmente, além de buscar adentrar o espaço institucionalizado de produção de mídia, diversas ativistas feministas também buscaram se apropriar da produção alternativa de mídia, que se diferencia da produção “*mainstream*” ou dominante das grandes organizações de mídia pelos seus processos de produção, pelo seu conteúdo e pelas diferentes estratégias de interpretação de suas audiências. Ou seja, esse tipo de produção alternativa se diferencia da produção dominante pelas marcas da desprofissionalização, da descapitalização e pela desinstitucionalização, o que permite a participação de mulheres sem o treinamento profissional formal ou grandes investimentos de capital. Produções midiáticas alternativas feministas atuais também se beneficiam bastante das redes internacionais possibilitadas pela Internet, o que é uma grande diferenciação em relação ao feminismo de segunda onda. Entretanto, justamente por seu caráter heterotópico, os projetos de mídia alternativa feministas se utilizam de uma linguagem especial, baseada em conhecimento específico e compartilhado entre grupos pequenos, o que acabam limitando o acesso a mulheres brancas, de classe média com altos níveis de educação (ZOBL & REITSAMER, 2012).

O tipo de ativismo apresentado na presente seção, que se foca na participação das mulheres na produção de mídia, e em especial na paridade de gênero na produção, é criticado por muitas vezes presumir (ou parecer presumir) que simplesmente aumentando-se o número de mulheres profissionais nos diversos meios de comunicação haveria automaticamente uma mudança no conteúdo midiático produzido, que refletiria mais claramente então as perspectivas das mulheres. É claro esse nexos causal não pode ser estabelecido automaticamente, já que para haver mudança no conteúdo produzido são necessárias uma série de outras transformações processuais, estruturais e de valores nas organizações de mídia, além da conscientização do próprio público em geral. Ou seja, sendo a produção do conteúdo coletiva, não são mulheres sozinhas que poderão causar uma transformação significativa (MINIC, 2007). Estratégias de produções alternativas também são interessantes para o ativismo feminista; no entanto, ainda se restringem a pequenas audiências. Assim, para atingir o empoderamento conjunto das mulheres em sua relação com a mídia, a combinação das

estratégias de empoderamento do público através de políticas educacionais como a de alfabetização midiática e informacional com as estratégias de apoio ao avanço da paridade entre homens e mulheres na produção parecem ser as mais promissoras. Além disso, ambas medidas têm o potencial de serem políticas de reconhecimento e redistribuição transformativas, como definidas por Nancy Fraser, pois desafiam e buscam alterar fundamentalmente as estruturas cultural-valorativa e político-econômica adjacentes ao consumo e produção de mídia das sociedades e torná-las mais justas e igualitárias.

5. Conclusões

As contribuições das teorias feministas e dos estudos de gênero para os estudos de mídia apontam que é necessário tomar consciência da produção de relações de poder desiguais e criticar a reprodução de estereótipos nocivos através da mídia, mas também apontam caminhos para o empoderamento do público dentro dessa relação. Teóricas feministas são responsáveis, assim, por apontar a multidimensionalidade de desigualdades na produção dominante de mídia, mas também por repensar o processo de audiência e recepção dessas mensagens de forma a apontar possibilidades de agência e empoderamento do público em geral. Ao rever os principais debates na área é possível perceber que a relação entre mulheres e mídia deve ser compreendida tanto pelo lado da produção como pelo lado da recepção e, portanto, estratégias de empoderamento nessa área devem buscar endereçar ambos lados.

Assim, o presente trabalho buscou analisar possíveis estratégias de empoderamento nessa relação através da perspectiva proposta por Nancy Fraser, que entende que somente a combinação de medidas transformativas é de fato eficaz para os propósitos de uma política feminista. Estratégias que demandam uma “representação mais realista” das mulheres acabam sendo condescendentes com o público ao ignorarem o seu próprio poder de negociação de significados de mensagens transmitidas pelos mais diversos meios de comunicação e parecem presumir que seja possível encontrar um ponto de referência sobre o qual definir os critérios de “realismo” de representações midiáticas. Da mesma forma, estratégias de censura como propostas por feministas radicais também partem da premissa de que o público é e sempre será passivo. Por presumirem também que havendo diferença sexual (biológica) entre homens e mulheres sempre haverá desigualdade de gênero, esse tipo de teoria parece ignorar diversos avanços da própria teoria feminista ao longo de décadas, que buscaram desvincular a ideia de gênero da ideia de sexo biológico (e sexualidade), afirmando que diferenças biológicas não devem pressupor e/ou gerar desigualdades sociais, econômicas e etc. Por fim, críticas pós-estruturalistas serviram para tornar o entendimento do processo de comunicação mais complexo e para permitir a teorização da possibilidade de empoderamento da própria audiência nessa relação. Porém, para que estratégias de desconstrução sejam eficazes, é necessário ir além de estratégias de ressignificação e permitir alguma perspectiva normativa adequada aos propósitos de políticas feministas.

Portanto, se o objetivo é alcançar o empoderamento das mulheres na sua relação com a mídia, promover oportunidades de conscientização do público em geral e de redistribuição do poder de produção nesse setor parecem ser medidas com maior potencial transformativo. Reconhecimento e redistribuição nessa área, assim, poderiam se traduzir em políticas, ações ou campanhas educacionais que contemplassem capacidades de alfabetização midiática e informacional e em políticas de paridade no setor de produção de mídia, respectivamente. As teorias feministas e os estudos de gênero representam importantes contribuições no debate sobre a política educacional de alfabetização midiática e informacional, não podendo ser ignoradas se os objetivos de tal política educacional visam à construção de uma democracia mais igualitária e participativa, ao desenvolvimento e à liberdade de expressão para todos. O campo de estudos sobre alfabetização midiática e informacional ainda é bastante recente, pesquisas sobre o impacto desse tipo de política educacional ainda são escassas, e indicadores para sua avaliação ainda estão na fase de desenvolvimento. Entretanto, parece claro que, para ter algum impacto transformativo, é necessário que políticas públicas educacionais como essa levem em conta o diverso espectro de desigualdades que estão presentes em todas as salas de aula. Por fim, quanto à produção de mídia, a estratégia de redistribuição com maior potencial transformativo parece corresponder àquelas que almejam a paridade entre homens e mulheres nesse setor produtivo. Como foi constatado no presente trabalho, essas estratégias estão sendo desenvolvidas por organizações da sociedade civil, organizações internacionais, governos ao redor do mundo e até mesmo dentro das próprias empresas de mídia. Embora não se alegue aqui que o aumento da participação das mulheres na produção de mídia levaria automaticamente a uma produção de conteúdos mais feministas e de interesse das mulheres, essa é uma questão fundamental de justiça social e busca por igualdade, como se dá em outros setores produtivos e governamentais.

O ano de 2015 irá trazer uma série de oportunidades de discussão desses temas em âmbito internacional em eventos como a celebração dos 20 anos da Conferência de Pequim e da fase final de definição dos objetivos globais para o desenvolvimento pós-2015, sendo esse, portanto, um momento oportuno para se debater quais são os novos desafios e objetivos na área. O presente trabalho buscou contribuir para a discussão ao revisar os principais debates feministas na área e ao propor um pensamento mais crítico sobre as estratégias empregadas pelo ativismo feminista na relação entre mulheres e mídia.

REFERÊNCIAS

ALCOFF, Linda. "Cultural Feminism versus Post-Structuralism: The Identity Crisis in Feminist Theory". *Signs*, v. 13, n. 3, p. 405-436, Spring, 1988.

ALCOFF, Linda. "Introduction - Identity and Visibility". In: ALCOFF, Linda. *Visible Identities: Race, Gender, and the Self*. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 5-10.

ALTUN, Adnan. "An Overview of UNESCO's Activities in Connection with Media Literacy (1977-2009)". *Journal of National Education*, n. 191, p. 86-107, Summer, 2011.

ÅSBERG, Cecilia. "The arena of the body: The cyborg and feminist views on biology". In: BUIKEMA, Rosemarie & VAN DER TUIN, Iris (Eds.). *Doing Gender in Media, Art and Culture*. Nova Iorque: Routledge, 2009. p. 24-38.

ATTWOOD, Feona. "Sex and the Media". In: ROSS, Karen (Ed.). *The Handbook of Gender, Sex and Media*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2012. p. 457-469.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. "Empoderamento: Instrumento de Emancipação Social? – Uma Discussão Conceitual". *Revista Debates*, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012.

BIANCO, Jamie Skye. "Techno-Cinema". *Comparative Literature Studies*, v. 41, n. 3, p. 377-403, 2004.

BIROLI, Flávia. "Mídia, tipificação e exercícios de poder". *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 6, p. 71-98, julho/dezembro de 2011.

BUTLER, Judith. "Against Proper Objects – Introduction". *Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies* 6.2+3, p. 1-26, 1994.

BUTLER, Judith. "Contingent Foundations: Feminism and the Question of 'Postmodernism'". In: BENHABIB, Seyla; BUTLER, Judith; CORNELL, Drucilla; FRASER, Nancy. *Feminist Contentions – A Philosophical Exchange*. Nova Iorque: Routledge, 1995. p. 35-58.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble - Feminism and the Subversion of Identity*. Nova Iorque: Routledge, 1999.

BYERLY, Carolyn M. "The Geography of Women and Media Scholarship". In: ROSS, Karen (Ed.). *The Handbook of Gender, Sex and Media*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2012. p. 3-19.

BYERLY, Carolyn M. "The long struggle of women in news". In: MONTIEL, Aimée Vega (Ed.) *Media and Gender: A Scholarly Agenda for the Global Alliance on Media and Gender*. Paris: UNESCO, 2014. p. 34-36.

CARLSSON, Ulla. "What is Media and Information Literacy?" In: CARLSSON, Ulla. (Ed.) *Regulation, Awareness, Empowerment - Young People and Harmful Media Content in the Digital Age*. Göteborg: The International Clearinghouse on Children, Youth and Media, 2006. p. 157-162.

CONSALVO, Mia. "Cyberfeminism." In: *Encyclopedia of New Media*. SAGE Reference Online, p. 109-110. Thousand Oaks, CA: SAGE, abril, 2002.

DEVEAUX, Monique. "Feminism and Empowerment: A Critical Reading of Foucault". *Feminist Studies*, v. 20, n. 2, p. 223-247, Summer, 1994.

DEZUANNI, Michael. "Young People and Participatory Culture: Reconceptualising Australian Media Education for 21st Century Citizenship". In: CHEUNG, Chi-Kim (Ed.). *Media Education in Asia*. Nova Iorque: Springer, 2009. p. 31-50.

DOW, Bonnie J. & CONDIT, Celeste M. "The State of the Art in Feminist Scholarship in Communication". *Journal of Communication*, v. 55, n. 3, p. 448-478, setembro, 2005.

DWORKIN, Andrea. *Pornography – Men Possessing Women*. Nova Iorque: Plume, 1989.

FRASER, Nancy. "Pragmatism, Feminism, and the Linguistic Turn". In: BENHABIB, Seyla; BUTLER, Judith; CORNELL, Drucilla; FRASER, Nancy. *Feminist Contentions – A Philosophical Exchange*. Nova Iorque: Routledge, 1995. p. 157-172.

FRASER, Nancy. "From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a 'Post-Socialist' Age". *New Left Review*, v. 212, p. 68-93, jul.-ago. 1995.

FRASER, Nancy. *Fortunes of Feminism – From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis*. Londres: Verso, 2013.

GALLAGHER, Margaret. "Feminist Media Perspectives". In: VALDIVIA, Angharad N. *A Companion to Media Studies*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2005. p. 19-39.

GONNET, Jacques. *Éducation aux médias: les controverses fécondes*. Paris: Hachette Éducation, 2001.

GRIZZLE, Alton; MOORE, Penny; DEZUANNI, Michael; ASTHANA, Sanjay; WILSON, Carolyn; BANDA, Fackson; ONUMAH, Chido. *Media and Information Literacy - Policy and Strategy Guidelines*. UNESCO, Paris, 2013.

GRIZZLE, Alton. "Enlisting media and informational literacy for gender equality and women's empowerment". In: MONTIEL, Aimée Vega (Ed.) *Media and Gender: A Scholarly Agenda for the Global Alliance on Media and Gender*. Paris, UNESCO, 2014. p. 79-91.

HAWKESWORTH, Mary. "The Semiotics of Premature Burial: Feminism in a Postfeminist Age". *Signs*, v. 29, n. 4, p. 961-985, Summer, 2004.

HEINÄMAA, Sara. "What is a Woman? Butler and Beauvoir on the Foundations of the Sexual Difference". *Hypatia* v. 12, n. 1, p. 20-39, Winter, 1997.

hooks, bell. "Choosing the Margin as a Space of Radical Openness". In: hooks, bell. *Yearnings: Race, Gender and Cultural Politics*. Londres: Turnaround Press, 1989. p. 203-209.

hooks, bell. *Teaching to Transgress – Education as the Practice of Freedom*. Nova Iorque: Routledge, 1994.

KAPLAN, E. Ann. *A mulher e o cinema – os dois lados da câmera*. Rio de Janeiro: Roxo, 1995.

KELLNER, Douglas; SHARE, Jeff. "Toward Critical Media Literacy: Core concepts, debates, organizations, and policy". *Discourse: studies in the cultural politics of education*, v. 26, n. 3, p. 369-386, set. 2005.

LAURETIS, Teresa de. *Technologies of gender – essays on theory, film and fiction*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

LAURETIS, Teresa de. "Feminism and Its Differences". *Pacific Coast Philology*, v. 25, n. 1/2, p. 24-30, nov. 1990.

LAURETIS, Teresa de. "On the subject of fantasy". In: PIETROPAOLO, Laura & TESTAFERRI, Ada (Eds.) *Feminisms in the Cinema*. Bloomington: Indiana University Press, 1995. p. 63-85.

LEHMAN, Peter (Ed.). *Pornography: Film and Culture*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2006.

LEYS, Ruth. "The Turn to Affect: A Critique". *Critical Inquiry*, v. 37, n. 3, p. 434-472, Spring, 2011.

LUKE, Carmen. "Feminist Pedagogy and Critical Media Literacy". *Journal of Communication Inquiry* 18:2, p. 30-47, Summer, 1994.

MARTINSSON, Johanna. *The Role of Media Literacy in the Governance Reform Agenda*. Washington, D.C.: World Bank, Communication for Governance & Accountability Program, 2009.

MINIC, Danica. "Feminist Media Theory and Activism: Different Worlds or Possible Cooperation." In: RILL, Helena; ŠMIDLING, Tamara; BITOLJANU, Ana (eds.). *20 Pieces of Encouragement for Awakening and Change*. Belgrado: Centre for Nonviolent Action, 2007. p. 282-308.

MOI, Toril. "What Is a Woman? Sex, Gender, and the Body in Feminist Theory". In: MOI, Toril. *What is a Woman? And Other Essays*. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 3-120.

MOI, Toril. “I Am Not a Feminist, but...’: How Feminism Became the F-Word”. *PMLA*, v. 121, n. 5, p. 1735-1741, out. 2006.

MONTIEL, Aimée Vega. “Violence against women and media: advancements and challenges of a research and political agenda”. In: MONTIEL, Aimée Vega (Ed.) *Media and Gender: A Scholarly Agenda for the Global Alliance on Media and Gender*. Paris, UNESCO, 2014. p. 15-19.

MULVEY, Laura. “Visual Pleasure and Narrative Cinema.” In: BRAUDY, Leo & COHEN, Marshall (Eds.) *Film Theory and Criticism: Introductory Readings*. New York: Oxford UP, 1999. p. 833-844.

NEGRÃO, T. (2006). *Ciberespaço, via de empoderamento de gênero e formação de capital social*. Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IFCH/UFRGS.

PAASONEN, Susanna; NIKUNEN, Kaarina; SAARENMAA, Laura (Eds.). *Pornification: Sex and Sexuality in Media Culture*. Oxford ; New York : Berg, 2007.

PAASONEN, Susanna. “Between meaning and mattering: on affect and porn studies”. *Porn Studies*, 1:1-2, 2014. p. 136-142.

PADOVANI, Claudia. “Gaps in media and communication governance: towards a gender-aware research and advocacy agenda”. In: MONTIEL, Aimée Vega (Ed.) *Media and Gender: A Scholarly Agenda for the Global Alliance on Media and Gender*. Paris, UNESCO, 2014. p. 55-61.

POTTER, James W. *Media Literacy*. SAGE Publications Inc., 2011.

PRÁ, Jussara Reis; EPPING, Léa. “Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 33-51, jan.-abr. 2012.

PRÁ, Jussara Reis. “Políticas Públicas, Feminismos e Cidadania de Gênero”. In: IX ENCONTRO DA ABCP, Brasília, DF, 04 a 07 de agosto de 2014. Disponível em:

http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403749230_ARQUIVO_IXENCONTRODAABCP_Trabalho.pdf. Acesso em: 05/02/2015.

ROSO, Adriane & ROMANINI, Moises. “Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico”. *Psicologia e Saber Social*, v. 3, n. 1, p. 83-95, out. 2014.

ROSS, Karen. “Women in decision-making structures in media”. In: MONTIEL, Aimée Vega (Ed.) *Media and Gender: A Scholarly Agenda for the Global Alliance on Media and Gender*. Paris, UNESCO, 2014. p. 37-40.

SARIKAKIS, Katherine. “Power, patriarchy, profit: barriers to gender mainstreaming in media policy”. In: MONTIEL, Aimée Vega (Ed.) *Media and Gender: A Scholarly Agenda for the Global Alliance on Media and Gender*. Paris, UNESCO, 2014. p. 66-69.

SCOTT, Joan W. “Gender: A Useful Category of Historical Analysis”. *The American Historical Review*, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, dez.1986.

SEN, Gita & GROWN, Caren. *Development, Crises, and Alternative Visions - Third World Women's Perspectives*. Nova Iorque: Development Alternatives with Women for a New Era (DAWN), 1987.

SMELIK, Anneke. “Lara Croft, Kill Bill, and the battle for theory in feminist film studies”. In: BUIKEMA, Rosemarie & VAN DER TUIN, Iris (Eds.). *Doing Gender in Media, Art and Culture*. Routledge, 2009. p. 178-192.

SOBCHACK, Vivian. *Carnal Thoughts - Embodiment and Moving Image Culture*. Oakland: University of California Press, 2004.

STOREY, John. *Cultural Theory and Popular Culture - An Introduction*. Pearson Longman, 2008.

TORNERO, José Manuel Pérez & VARIS, Tapio. *Media Literacy and New Humanism*. Paris: UNESCO Institute for Information Technologies in Education, 2010.

VAN ZOONEN, Liesbet. “Feminist perspectives on the media”. In: CURRAN, James & M. GUREVITCH, Michael. *Mass Media and Society*. Bloomsbury, 1996. p. 31-52.

WILSON, Carolyn; AKYEMPONG, Kwame; CHEUNG, Chi-Kim; GRIZZLE, Alton; TUAZON, Ramon. *Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores*. Brasília: UNESCO-UFTM, 2013.

WOLF, Naomi. *The Beauty Myth – How images of beauty are used against women*. Nova Iorque: Harper Collins, 2002.

YOUNG, Iris. “Lived Body vs. Gender: Reflections on Social Structure and Subjectivity”. In: *On Female Body Experience – “Throwing like a Girl” and Other Essays*. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 12-26.

ZOBL, Elke & REITSAMER, Rosa (with Stefanie Grünangerl). “Feminist Media Production in Europe: A research report”. In: ZOBL, Elke; DRÜEKE, Ricarda (eds.). *Feminist Media: Participatory Spaces, Networks and Cultural Citizenship*. Bielefeld: Transcript, 2012. p. 21-54.

II – Entrevistas

Alton Grizzle. Entrevista concedida à autora da pesquisa e realizada na sede da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em Paris, no dia 15 de outubro de 2014.

Bell Hooks. Entrevista concedida à Media Education Foundation em 1997, disponível em: http://www.mediaed.org/assets/products/402/transcript_402.pdf. Acesso em: 05/12/2014.

Blandine Péliissier. Entrevista concedida pela representante da organização H-F Île-de-France à autora da pesquisa. Paris, 14 de outubro de 2014.

III – Documentos e outras fontes

Asia Pacific Beijing+20 Civil Society Forum Statement. Disponível em: <http://isiswomen.org/downloads/CSO%20Forum%20Statement%20FINAL%2017%20Nov%2014.pdf>. Acesso em: 11/02/2015.

Centre Simone de Beauvoir, página da Internet. Disponível em: <http://www.centre-simone-de-beauvoir.com/>. Acesso em: 11/02/2015.

European Institute for Gender Equality. Review of the implementation of the Beijing Platform for Action in the EU Member States: Women and the Media — Advancing gender equality in decision-making in media organizations. Disponível em: <http://eige.europa.eu/content/document/advancing-gender-equality-in-decision-making-in-media-organisations-report>. Acesso em: 01/12/2014. European Institute for Gender Equality. 2013.

Global Media Monitoring Project. Who makes the News? Disponível em: <http://whomakesthenews.org/gmmp/gmmp-reports/gmmp-2010-reports>. Acesso em: 26/11/2014. World Association for Christian Communication (WACC), 2010.

International Women's Media Foundation. Global Report on the Status of Women in the News Media. Disponível em: <http://www.iwmf.org/our-research/global-report/>. Acesso em: 01/12/2014. International Women's Media Foundation, 2011.

Media Smarts, página da Internet. Disponível em: <http://mediasmarts.ca/>. Acesso em: 11/02/2015.

Nações Unidas. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, 1995. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf. Acesso em: 27/10/2014.

Time Magazine. Which Word Should Be Banned in 2015? Disponível em: <http://time.com/3576870/worst-words-poll-2014/>. Acesso em 05/12/2014.

UNESCO & Athabasca University. UNESCO Media and Information Literacy Course, 2014. Apostila do curso online. Disponível em: <http://elab.lms.athabascau.ca/course/view.php?id=2>. Acesso em: 5 de novembro de 2014.

Women's Media Center. The Status of Women in the U.S. Media 2014. Disponível em: <http://www.womensmediacenter.com/pages/2014-statistics>. Acesso em: 01/12/2014.